



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 380 - DE 13 A 27 DE SETEMBRO DE 2009 - R\$ 3,00



Lula, refém do PMDB, submisso ao imperialismo

A crise já passou?

70 anos da Segunda Guerra Mundial: a responsabilidade do estalinismo



Molotov assina o pacto de não agressão com a Alemanha, sob os olhares de Stalin e do ministro alemão. Uma semana depois, a invasão da Polônia dá início à 2ª Geurra Mundial

69 anos do assassinato de Trotsky: Stalin morreu, viva a Teoria da Revolução Permanente!



Bolívia: manifesto pelo pacto inter-setorial de luta

A crise já passou?

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou dados demonstrando que a recessão está chegando ao fim e que começou a ocorrer recuperação mundial. Os indicadores mais recentes de reanimamento da Alemanha, França e Japão serviram de base para a OCDE. Os Estados Unidos, epicentro da crise, haviam conseguido amortecer a queda. A previsão para 2009 é que a Alemanha terá um recuo de 4,8% no PIB, a França, 2,1%, Japão, 5,6%, Estados Unidos, 2,8%. Tais quedas serão menores, caso sejam confirmadas, do que as anteriormente previstas. A Inglaterra, Itália e Irlanda fogem à previsão otimista, manterão o recuo previsto.

Considerando os 30 países que compõem a OCDE, haverá crescimento de 0,3%, relativo ao segundo trimestre e espera-se no quarto trimestre 2% positivos. Nos Estados Unidos, aguarda-se que o Plano Obama trará benefícios à economia em 2010.

Os trilhões de dólares despejados pelos governos e seus respectivos Bancos Centrais e os gigantescos incentivos fiscais constituíram um colchão que reduziu o impacto da crise mundial. Assim, um ano de crise foi comemorado pela burguesia como se fosse esperado um furacão e chegasse apenas uma forte tempestade.

De fato, as potências mostraram recursos para evitar a quebra sistêmica do capital financeiro e breçar o avanço da recessão para a depressão, bem como abreviar o período recessivo. O gigantesco acúmulo de riqueza possibilitou que os bancos fossem escorados e a destruição de forças produtivas limitada. Certamente, não foi desprezível a queima de trilhões de dólares e fechamento de milhões de postos de trabalho em todo o mundo. O problema está em saber se a tênue recuperação expressa o fim da crise e a retomada do crescimento mundial.

Nenhum analista econômico ou autoridade governamental afirma que o capitalismo mundial encerrou mais um ciclo de crise e está pronto para mais um ciclo de crescimento, como o dos últimos cinco anos. Ao contrário, teme-se que o comércio mundial não tenha fôlego para impulsionar as compras e ativar a indústria. A certeza mais comentada é de que não se retomarão tão cedo os patamares de crescimento de 5,5%, verificados nos últimos anos. Se a recessão não for retomada brevemente, o mais provável é que perdure por um bom tempo a estagnação mundial.

A crise expôs as contradições de fundo do capitalismo monopolista e os novos problemas que estavam imersos. As contradições: 1) A bancarrota do sistema financeiro se deveu ao alto grau de parasitismo; 2) Trata-se da crise de superprodução; 3) O crescimento tem sido alimentado artificialmente pela jogatina e endividamento excessivo da população. Por trás dessas manifestações, está o choque entre as forças produtivas e as relações de produção assentadas na propriedade monopolista; entre o mercado mundial e as fronteiras nacionais; entre a alta concentração de riqueza pelas potências e o atraso da maior parte das nações diuturnamente saqueadas; entre o aumento da taxa de exploração do trabalho e a expansão da pobreza e miséria das massas mundiais.

A crise de superprodução leva à destruição de forças produtivas e riquezas acumuladas. Tudo indica que sua eclosão em setembro de 2008 ainda não atingiu toda a ação devastado-

ra. Isso graças aos artifícios aplicados pelos governos e Bancos Centrais. A burguesia mundial não fez senão retardar o processo de quebra e preparar uma nova etapa de desintegração. As taxas de juros baixíssimas ou negativas, como no Japão, e o enorme endividamento dos Tesouros nacionais, acompanhados da tendência protecionista, logo à frente se manifestarão na forma de crise e conflito mundial entre as potências.

A retomada da crise de superprodução e quebra financeira jogarão uma nação contra outras. As pressões nesse sentido se manifestaram nas entranhas dos acontecimentos deste um ano de recessão, mas não a tal ponto. O que indica que o curso de destruição de forças produtivas ainda está longe de ter se encerrado.

Os novos problemas que emergiram: 1) O recuo dos Estados Unidos na economia mundial; 2) A projeção da China restauracionista; 3) A importância dos países capitalistas médios, chamados de “emergentes” ou Brics; 4) Os impasses da União Européia; 5) O enclausuramento das potências exportadoras, como Japão e Alemanha.

Os Estados Unidos continuam a potência hegemônica, apesar de passar a deter cerca de 25% da economia mundial, ante quase 50% após a 2ª Guerra. O artigo “Uma única palavra: indústria”, do editor das publicações American Prospect, Harold Meyerson, traz considerações a respeito do beco em que se encontra a maior potência. “ (...) Desde 1987, houve um recuo de 30% na proporção representada pela atividade manufatureira no PIB dos EUA. Antes o principal exportador mundial, o país se tornou o principal importador mundial. Em 2007, exportamos US\$ 1,2 trilhão em bens e serviços, mas importamos US\$ 1,8 trilhão.” (...) “Hoje, quando o governo injeta mais dinheiro no bolso do consumidor, isso significa que as fábricas chinesas reconvocam seus trabalhadores e começam a produzir mais. Significa que os varejistas americanos contratarão mais funcionários de baixo salário, enquanto as fábricas não contratam ninguém, uma mudança que reduzirá a renda média da população.” (...) “Os EUA foram superados pela China no valor das exportações de alta tecnologia em 2004 e desde então a diferença só aumentou.” (O Estado, 13/8).

Por sua vez, a China povoada de multinacionais, que abusam dos miseráveis salários, tem de manter o crescimento acima de 9% para evitar uma explosão do desemprego. O que depende da continuidade das exportações em grande escala. Está obrigada a financiar parte do consumo dos EUA com empréstimos bilionários ao Tesouro norte-americano. A crise, ao mesmo tempo em que condiciona a manutenção dos laços comerciais e financeiros, amplia as áreas de atrito.

O Japão enfrenta uma longa estagnação. Tem seu mercado interno esgotado e perdido terreno no mercado mundial, ocupado pela China. O Tesouro japonês arca com uma das maiores dívidas públicas, cerca de 200% do PIB. Diante da crise recessiva, seu governo teve de despender cerca de 4% do PIB. Mesmo assim, estima-se que terá em 2009 uma retração de 5,2% do PIB e em 2010 continuará em estagnação. Esta situação começa a mover as forças burguesas internas. A acomodada classe média já não pode ostentar as regalias e o proletariado vem perdendo a estabilidade social. O Japão não terá como sustentar passivamente a perda de espaço na economia mundial. Está

obrigado a rever posições de potência imperialista derrotada na 2ª Guerra. É sintomática a colocação de Yukio Hatoyama, presidente do Partido Democrático do Japão (PDJ), que derrotou nas recentes eleições o Partido Liberal Democrático (PLD). Eis: “A crise financeira sugere que a era do unilateralismo americano chegou ao fim. Ela também trouxe dúvidas sobre a permanência do dólar como moeda global.” (O Estado, 30/8).

A Alemanha sentiu o golpe da recessão mundial com a brusca e enorme queda em sua balança exportadora. A China em 1997 ocupava a 16ª posição como exportadora, em 2002 passou para a 5ª posição e nestes últimos 12 meses desbancou a Alemanha do 1º lugar.

Brasil, Rússia e Índia, que ao lado da China são classificados de “emergentes”, na realidade países semicoloniais. Destacam-se pela pobreza e miséria da maioria. A Rússia foi arrasada para o buraco da crise. O governo teve de socorrer bancos e empresas, enquanto que os trabalhadores arcavam com a violência da deterioração econômica. “De acordo com a Comissão Estadual de Estatística da Rússia, o número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza subiu para 24,5 milhões nos primeiros três meses do ano – um aumento considerável

Um governo sujeito à reação

Uma das fraudes políticas do PT foi a de conceber um “governo democrático e popular”, que, assentado nos pobres, derubaria do poder a velha oligarquia, democratizaria o Estado, tornaria a política uma atividade transparente e realizaria reformas em favor da maioria. A esquerda reformista oriunda do estalinismo esfacelado, do nacionalismo (parte dele participante da luta armada foquista), até mesmo do trotskismo (na verdade, centristas) e das comunidades de base católica (da teologia da libertação) se encantou com a bandeira do “governo democrático e popular”, encabeçado pelo operário Lula, líder das greves do ABC, opositor da ditadura militar e símbolo do movimento das “Diretas, Já”, que se projetou nacionalmente ao lado de Ulisses Guimarães, Franco Montoro, Miguel Arraes e Leonel Brizola.

A crise econômica da segunda metade da década de 1970 socavou as bases da ditadura militar e deu lugar à transição negociada para o regime civil, amparado por eleições, fim do bipartidarismo e restabelecimento de certas liberdades formais para o sindicalismo. Era tudo o que almejavam os partidos da burguesia, tanto quanto os novos reformistas que se lançaram a criar o PT e a CUT.

Finalmente, o caudilho Lula foi aceito pela burguesia como homem da democracia, embora viesse de outra classe, do proletariado. O PT se encarregou de moldar o metalúrgico e este moldou o PT, conforme ganhava força eleitoral e conforme administrava como presidente os interesses da classe capitalista.

Os autodenominados trotskistas se impressionaram com o potencial eleitoral do PT/Lula. Viram-se na obrigação de estabelecer uma estratégia aparentemente distinta do “governo democrático e popular”, como vote em “Lula por um governo dos trabalhadores” ou uma versão mais refinada “Vote em Lula por um governo dos trabalhadores, baseado na CUT”. Evitava-se explicar a origem e o conteúdo de classe do “governo democrático e popular”, mesmos os ditos trotskistas, que não viam razão sequer de explicar sua bandeira de “governo

em relação aos 18,5 milhões computados no final de 2008” (O Estado, 6/9)

O Brasil que compareceu como felizardo, na realidade despendeu 5,6% do PIB em incentivos fiscais para amenizar a retração, um dos indicadores mais altos (“emergentes, 4,7%; ricos, 3,7%), segundo o FMI. O mercado interno evitou uma queda pior, mas expôs a fragilidade comercial do país exportador de matéria prima e produtos agrários. O raquitismo exportador do Brasil será ainda mais afetado pela necessidade da China manter seu crescimento.

A Índia vinha crescendo a média de 8,8% de 2007 e 2008, passou para 6,7%. O que significa aumento brutal da miséria de milhões. 60% da população indiana sobrevive com até US\$ 2 por dia, e 46%, com US\$ 1. O desemprego, pobreza e miséria dos operários, camponeses, artesão e classe média arruinada estão na primeira linha das contradições do capitalismo.

A burguesia mundial e suas expressões nacionais terão de enfrentar o agravamento da luta de classe. O proletariado sentirá a necessidade de combater pela sua sobrevivência. A tarefa é construir o partido revolucionário nas entranhas do capitalismo em decomposição.

dos trabalhadores”.

Os mandelistas aceitavam a estratégia do “governo democrático e popular”, mas procuravam se distinguir quanto às alianças partidárias para as eleições; os morenistas carregavam a paternidade do “governo dos trabalhadores”, assumido pelos lambertistas como sinônimo de “governo democrático e popular”, e os altamiristas, mais criativos, rechearam o “governo dos trabalhadores” com o complemento “baseado na CUT”. Assim, todas as correntes petistas desenvolveram a estratégia de poder por meio das eleições.

Enfeitavam a estratégia com formulações do tipo: apoiar a luta eleitoral na mobilização de massa, a tática eleitoral é auxiliar à ação direta e coisa parecida. Evidentemente, recorreram ao arsenal do leninismo para justificar a formulação estratégica de um poder conquistado pelas eleições, tendo um caudilho como atrativo para os explorados.

Lula foi eleito na terceira tentativa, assegurando à burguesia, por meio da “Carta aos Brasileiros”, que seria um bom administrador de seus negócios e que poderia dormir sem sobressaltos noturnos. Assinou o documento redigido por Antônio Pallocci, que se tornou o Ministro da Fazenda, encarregado de cumprir o prometido a risca. De fato, Lula deu seqüência à política econômica de Fernando Henrique Cardoso, antes atacado pelos petistas de “neoliberal”.

O imperialismo suspirou fundo. Que fenômeno versátil o Brasil apresentava para o mundo! Não foi difícil a George W. Bush se tornar amigo do presidente Lula. Significou um grande prestígio internacional, Bush visitar o Brasil e mostrar seu portentoso aparato de segurança. Os credores, especuladores e investidores descobriram que o Brasil podia produzir o melhor governo do mundo.

As condições econômicas melhoraram depois da longa crise que foi até 2003. Os escândalos de corrupção – típicos de qualquer governo burguês e inerente ao capitalismo em decomposição – não podiam ter o mesmo efeito que o do gover-

no Collor. A CUT passou a apoiar ostensivamente o governo. A Força Sindical foi se aproximando. O MST não economizou ilusão numa reforma agrária lulista. Os sindicatos ficaram mais silenciosos. Os miseráveis engoliram o Bolsa Família. Os filhos da classe média pobre receberam o presente do ProUni, excelente para os capitalistas da educação. O movimento negro pequeno-burguês se bateu pelo reparo histórico da escravidão, contentou-se com o critério de inclusão de uma minoria por meio de cotas. A UNE do PCdoB compôs com a CUT e Força Sindical o tripé de apoio ao governo.

Os petistas de esquerda argumentaram que se tratava de um governo em disputa com a burguesia. Havia que apoiá-lo para livrá-lo da pressão da direita e trazê-lo para a esquerda. Lula foi reeleito. A avaliação de que poderia traçar uma política distinta do primeiro mandato se mostrou falsa. O PT perdeu força no governo. Lula se tornou refém do PMDB.

O espetáculo de corrupção envolvendo o presidente do Senado Renan Calheiros foi solucionado por um acordo, resultando no seu afastamento do cargo, mas não do poder político. Recentemente, explodiu o escandaloso caso José Sarney. Lula assegurou seu cargo, garantindo a aliança com o PMDB. As massas estão distantes das mazelas do poder burguês. Os partidos da burguesia não têm interesse a recorrer a elas. Trata-se de disputas internas de quadrilheiros, das quais o PT passou a fazer parte.

Vejamos alguns outros feitos do “governo democrático e popular”. Os latifundiários e setores militares reclamaram da demarcação de terra indígena, aprovada pela oligarquia do judiciário que comanda o STF. Em compensação, Lula editou uma MP 458, que escandalizou até mesmo a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva e que a chamou de “MP da grilagem”. O governo petista/peemedebista entregou 67 milhões de hectares da Amazônia a particulares, sem distinguir possessor de grileiro, latifundiário de minifundiário. Ao invés de nacionalizar as terras e entregá-las aos camponeses pobres, fez exatamente o contrário.

Era um compromisso de Lula com o MST rever os critérios de aferição de produtividade das propriedades agrárias. Simplesmente, pôs de lado a promessa. Em agosto, o MST realizou uma jornada de mobilização exigindo a retomada da “reforma agrária”, via assentamentos, e a revisão do índice de produtividade. O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, se comprometeu cumprir a promessa de 2005. A bancada ruralista disse não. O Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, deu eco à gritaria dos latifundiários. O MST, provavelmente, ficará à espera por muito tempo. A mudança no índice de produtividade não levaria a nenhuma reforma agrária, mas ajudaria o MST a alimentar as ilusões dos sem-terra na reforma ditada pelo Estado. Enquanto isso, milhões de pobres do campo passam privações e os assassinatos nos conflitos de terra continuam a ocorrer.

Lula é um governo comprometido com o grande capital. Isso diz tudo.

O Pré-sal vem agitando as hostes do que restou do nacionalismo. A direita pró-imperialista e defensora aberta das multinacionais vem atacando o governo pelo fato deste modificar a Lei do Petróleo, de FHC, que abriu caminho para a privatização da Petrobrás e desnacionalização das bacias petrolíferas. A descoberta do Pré-sal avivou os interesses das multinacionais, do capital financeiro e das potências, bem como de setores in-

ternos, inclusive da burocracia do Estado. O contrato de partilha substituiu o de concessão. Criou-se a agência estatal Petrosal e conferiu-se à Petrobrás o monopólio da operação. A mudança do “marco regulatório” confere mais poder de centralização do Estado sobre as bacias petrolíferas e reforça a influência sobre a Petrobrás, que se encontra semi-privatizada. Mas de forma alguma estatiza a indústria do petróleo. Os contratos de concessão consagrados serão mantidos. O governo Lula pretende a centralização do Pré-sal para exercer sociedade com as multinacionais. O próprio capital externo reconheceu que não se trata de nacionalização do petróleo. A burguesia brasileira está atada à burguesia imperialista e não permitiria que o governo Lula tomasse medidas radicais nacionalistas.

É evidente que o “acordo” dos Estados Unidos e Colômbia para construir bases militares norte-americanas em território colombiano tem a ver com cálculos estratégicos do imperialismo quanto às riquezas naturais da América Latina. A descoberta do Pré-sal dá ao Brasil a possibilidade de se tornar exportador. IV Frota e bases na Colômbia, eis a ação dos Estados Unidos, voltada a defender interesses estratégicos do imperialismo. A tendência é de agravamento da crise mundial. As fontes de matérias primas são essenciais para as potências. O governo Lula fez demagogia com o despertar do receio de que as bases na Colômbia ensejem os Estados Unidos aturem por cima da soberania dos demais países. Nenhuma ação concreta foi tomada contra o acordo. Pelo contrário, Lula pediu que o Chávez verborrágico se calasse.

Motivos não faltam para o governo brasileiro reforçar o poder militar do Brasil. Na verdade, acionar o mercado de armas sofisticadas, como submarinos e aviões de guerra. A polêmica criada em torno da compra de caças da França em detrimento dos Estados Unidos indica a posição semicolonial do Brasil e o papel servil de setores burgueses, que servem de comissários da indústria armamentista dos Estados Unidos. O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, expressando a voz de brigadeiros pró-Estados Unidos, fez Lula voltar atrás na declaração de compra dos aviões franceses.

O STF julgou o caso do ex-terrorista italiano Cesare Battisti. Está claro que é uma ingerência do governo Berlusconi, que exige do governo brasileiro um recuo na decisão de dar refúgio a Battisti. Montou-se o teatro no STF, que passou a atuar por cima da decisão do Executivo. Os juízes empataram a votação. Cabe ao presidente do STF, Gilmar Mendes decidir. Antes do julgamento, já havia emitido seu voto a favor da extradição. Sob a máscara da lei e da Constituição, Gilmar Mendes tem jogado politicamente, encurralando o governo Lula.

O Vaticano pleiteou um acordo entre Estados com o Brasil. Lula aceitou e o Congresso aprovou. Solidifica-se, assim, a exigência da Igreja de implantação do ensino religioso nas escolas públicas, promovem-se isenções para os seus negócios e garante-se apoio para a conservação de seu patrimônio.

Esse breve relato de posições conservadoras e reacionárias do governo Lula evidencia a impossibilidade de um governo reformista. O governo democrático e popular sequer chegou a ser uma caricatura do nacionalismo. Essa experiência tem a virtude de mostrar aos explorados que as ilusões na democracia burguesa e nas promessas de reformas os colocam em um beco sem saída. A tarefa é combater as mentiras e fraudes do governo petista e construir o partido da revolução proletária.

Rondônia

Manifesto do Partido Operário Revolucionário aos trabalhadores e a juventude oprimida no Grito dos Excluídos

Todo Sete de Setembro a classe burguesa comemora este dia com duas bandeiras principais – a do Dia da Pátria e da Independência do Brasil. Por isso, chamam as massas para ir às avenidas desfilando posando igualmente “Os Bobos da Corte” para a burguesia e governos apreciarem em confortáveis palanques e a maioria sob sol escaldante: as forças armadas, os alunos de diversas escolas e alguns malabaristas fazem gracinhas dentro de um conjunto de representações, como se estivessem comemorando o bem estar da “igualdade de classes”. A burguesia, através de seus governos, chama todos os brasileiros para exaltarem os valores cívicos e patrióticos como se todos usufruíssem por igual das riquezas materiais e culturais do país. Pelo contrário. Os trabalhadores enriquecem os capitalistas trabalhando para eles de inverno a verão e passam fome junto com suas famílias. Não há possibilidade de existir união patriótica entre exploradores e explorados dentro de um país em que uma ínfima minoria explora a maioria e deixa a juventude empobrecida sem escola e sem emprego à mercê da violência nas periferias das capitais e grandes cidades.

Capitalistas e operários, latifundiários e camponeses, ricos e pobres das cidades vivem no mesmo Brasil. Mas não convivem numa mesma pátria. Esta pátria está dividida pelas condições de concentração de riquezas e luxo da minoria e falta de condições de vida gerada pela pobreza, miséria e privação que vitima a maioria.

É preciso acabar com os exploradores. Uma pátria em que as fábricas, as terras, as escolas, enfim os bens materiais e culturais sejam propriedade coletiva.

Combater o desemprego no Brasil que atinge mais de 2,9 milhões de trabalhadores com a unidade na luta direta dos explorados

O Grito dos Excluídos deve ser contra todo tipo de exploração, defender dentre outras necessidades dos oprimidos - o emprego para todos com a escala móvel das horas de trabalho e salário, o salário mínimo vital que deve ser de R\$ 3.500,00; a distribuição da terra aos camponeses pobres com fim do latifúndio; defesa da juventude oprimida, trazendo para ela lazer e escola que combine estudo e trabalho conforme suas potencialidades físicas e mentais, com salário compatível para atender às suas necessidades; fim de toda discriminação social com o fim da sociedade de classes. É preciso que o Grito dos Excluídos se manifeste sob a

bandeira da luta por um governo operário e camponês, pela revolução e ditaduras proletárias. As reivindicações mais elementares contra a fome se chocam com o interesse de concentração de riquezas dos exploradores. As massas só se unirão e ganharão força para arrancar da burguesia vitórias mesmo que parciais se estiverem lutando por um governo próprio – o governo operário e camponês. Conquistaremos terreno na luta de classes e imporemos derrotas à burguesia, se operários, camponeses e demais explorados se unirem sob o programa da Revolução Socialista.

Acabar com a exclusão social pressupõe acabar com as diferenças de classe

Enquanto os explorados seguirem os partidos burgueses e nas suas eleições e tiverem ilusão na sua inclusão social, estarão desarmados politicamente para enfrentar a opressão de classe e combater a exclusão social, que só acabará com a destruição do capitalismo, cuja lógica de existência é a manutenção de acentuada desigualdade social pela exploração dos operários e demais trabalhadores.

O grande exemplo no país é o que aconteceu com o apoio ao PT/Lula. No Estado de Rondônia, com o apoio ao PP/Cassol, e, no município de Porto Velho, ao PT/Roberto Sobrinho. Nenhum governo burguês acabará com a miséria e a fome da imensa maioria. É o que a experiência nos mostra.

No Estado de Rondônia, o reflexo desta política golpeia as famílias que chegaram aqui e foram escravizadas construindo o Estado e a capital. Em Porto Velho, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré vitimou tantos operários que foram a óbito – fato que deu origem a obra “Ferrovia do Diabo”. Hoje os sobreviventes das famílias destes operários estão sendo expulsos de suas moradias à beira do Rio Madeira para dar lugar a mais um empreendimento de capitalistas do país consorciados com multinacionais. Dizemos que não será com eleições que quebraremos a resistência de ferro dos exploradores. Esta acontecerá pela unidade nacional dos explorados do país munidos com sua ferramenta que é o Programa Revolucionário do Partido Mundial da Revolução – Reconstruir a IV Internacional está na ordem do dia. Abaixo a farsa da inclusão social.

Viva o Partido Mundial da Revolução Socialista!

Vivam os Estados Unidos Socialista da América Latina!

Viva a Reconstrução da IV Internacional!

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
www.pormassas.org**

A tese da Corrente Proletária na Educação

Apresentamos a seguir alguns pontos de nossas teses que nortearão as discussões na Conferência Estadual da APEOESP desse ano.

É necessário que todos professores saibam o porquê da crise educacional e entendam como responder corretamente a ela. Compreendam também que o aprofundamento desta crise e a piora nas condições de trabalho e de ensino resultam igualmente da política que domina nosso sindicato.

A Corrente Proletária na Educação chama a todos para que conheçam e votem em suas propostas, que se contrapõem às dos governos e às das direções burocráticas que, com eles, conciliam.

1. Duas concepções e “meia” para a Crise na Educação

A crise e os governos

A crise na educação é um fato. Ainda que alguns a circunscrevam a determinadas situações ou lugares, ela está generalizada por todo o país. Da educação infantil ao ensino superior, observam-se os dados dessa tragédia. Alunos fora do sistema escolar, salas superlotadas, professores mal pagos, indisciplina e violência, repetência, evasão, não assimilação de conteúdos mínimos de aprendizagem, falta de infra-estrutura etc.

Todos os governos omitem que essa crise é fruto, no plano imediato, de um conjunto de políticas aplicadas a partir da década de 90, com inspiração nas diretrizes do Banco Mundial, as quais visavam a “alfabetizar cada vez mais, gastando cada vez menos”. Foram os anos da LDB, do Plano Decenal, dos Ciclos, dos Fundos e de um infinidade de leis e projetos, que, na prática, contribuíram para o sucateamento das escolas, cuja infraestrutura já era precária e para o arrocho salarial, uma vez que os reajustes foram substituídos por bonificações e gratificações de toda espécie.

Mas, porque omitem essa explicação, criam uma outra: a de que a crise é responsabilidade dos professores, pais, direções escolares e estudantes. A resposta governamental, portanto, é sempre a mesma: aumentar o controle sobre as escolas e sobre o desempenho dos trabalhadores da educação, enxugar gastos e entregar o que for possível à iniciativa privada. Em suma: a crise, que é alimentada pelas reformas educacionais anteriores e que se manifesta atualmente como “fracasso escolar” dá lugar a novas reformas. Logo, estas conduzem ao agravamento da situação.

Nesse sentido, a concepção do governo sobre a crise é que ela é fruto das más gestões e da incompetência dos envolvidos no interior da escola. Ela é, portanto, uma crise administrativa que deve ser resolvida por reformas administrativas, que tornem os sistemas escolares mais eficientes, mais enxutos e mais produtivos. Portanto, a sua concepção é mercantil-administrativa.

A crise e a direção sindical

A APEOESP é dirigida majoritariamente pela Articulação Sindical, Corrente Sindical Classista e ArtNova. As suas formulações, ao longo dessas duas décadas, colocavam o problema da educação como um “problema em si”: vinculado às concepções pedagógicas, às medidas administrativas no interior da escola, às metodologias de trabalho e a um aumento de verbas. Nos anos das reformas neoliberais, essa direção foi propondo emendas, remendos e atuando de forma “propositiva”. O resultado dessa política todos nós conhecemos: tudo o

que citamos na seção anterior foi implementado. As reformas neoliberais para a Educação não foram barradas e a educação piorou nesse período.

Entretanto, tal resultado não foi condicionado apenas pela “truculência” dos governos, mas, sobretudo, porque a política educacional da direção da APEOESP não era essencialmente diferente das políticas governamentais. Se o governo tem um concepção acerca da crise e uma resposta a ela, podemos afirmar - sem medo de errar - que a direção do sindicato demonstrou não ter uma concepção independente, mas ser apenas uma apêndice das políticas oficiais, justamente porque toma a crise educacional como um problema administrativo, tal como fazem os governistas.

Com a subida do PT ao governo federal, essa falta de diferenciação entre as reformas neoliberais e o que defende a direção da APEOESP ficou evidente. Lula deu continuidade às medidas de Fernando Henrique e aprofundou a mercantilização do ensino. Como são petistas ou seus apoiadores, os dirigentes do sindicato transformaram a crise da Educação em crises de “gestão/administração/modelo”. Contrapõem-se ao “modelo do PSDB” no governo estadual, mas não podem se contrapor ao “modelo federal”. Embora, em essência, a política de ambos seja igual.

As avaliações de desempenho, a terceirização dos serviços públicos, o arrocho salarial, a reforma do Ensino Médio, a implantação do ensino a distância, a municipalização etc. são aspectos de uma política que se inicia em plano federal (veja-se Plano de Desenvolvimento da Educação, Fundeb, Universidade Aberta do Brasil, Ensino Médio Inovador etc.) e que se materializam, no plano estadual, em projetos de lei, decretos e resoluções (“10 metas para a Educação do Serra”, Universidade Virtual do Estado de São Paulo, Resolução sobre mudança na EJA, Projeto de Lei que atrela aumento salarial à avaliação-desempenho etc.). Enquanto a direção do sindicato diz “amém” aos planos de Lula, faz emendas aos projetos de Serra. Em verdade, não quer combater nenhum.

Portanto, a concepção da direção majoritária da APEOESP nem sequer é uma concepção independente. Ela é reprodutora, com algumas pequenas mudanças, das concepções dominantes que chegam ao Estado. Daí afirmarmos que não é uma concepção, mas sim uma “meia” concepção. Só existe objetivamente como um apêndice da política oficial, estatal. Por ser dominante, representa, em nosso sindicato, uma adaptação às ideais governamentais. Uma concepção, portanto, colaboracionista com a concepção mercantil do governo.

A crise e a política proletária

Afirmamos que a crise educacional é alimentada pelas po-

líticas governamentais e que as direções burocráticas do sindicato não são consequentes na luta, pois compartilham com elas as mesmas diretrizes.

Ainda que entendamos a crise como um fenômeno conjuntural, isto é, condicionado pelas políticas atuais, temos de afirmar que se trata de uma crise estrutural, determinada por fatores econômicos da sociedade. Por isso, não é um problema administrativo; não depende da vontade desse ou daquele governante, mas depende do desenvolvimento geral da sociedade.

A escola faz parte do modo de produção capitalista, das relações sociais capitalistas. Não têm uma existência separada. Quando o próprio sistema capitalista entra em crise, como atualmente, a escola reflete essa crise em seu interior. Sem poder ser um elemento de desenvolvimento, torna-se mecanismo de embrutecimento e reprodução ideológica. Em vez de tentar superar, aprofunda a divisão entre teoria e prática, reproduz a repressão e a violência disseminadas pela sociedade e busca artificialmente domesticar e ocultar o desemprego e subemprego que marcarão a vida das massas empobrecidas que, por ela, passam durante anos.

A possibilidade de unir teoria e prática, vincular a escola à produção social e às necessidades dos trabalhadores não é vigente no interior dessa sociedade. Por essa razão, todas as bandeiras dos reformistas que defendem uma “escola dos trabalhadores” são impossíveis nessa sociedade.

A resposta para resolver essa crise da educação deve, portanto, considerar a escola que temos hoje, sem fantasiar ou propor “remendos” artificiais, defendendo os que nela estudam e trabalham: as crianças e a juventude, bem como os trabalhadores da educação, e apontar para a construção de uma nova escola, na qual se conjugará teoria e prática, e que só nascerá também da luta pela construção de uma nova sociedade, a socialista.

Nossa defesa, nesse sentido, para as crianças e a juventude é que nenhuma fique fora da escola e que todas possam ter um emprego que seja compatível com o seu estudo. Daí defendermos a bandeira de 4 horas na produção e 4 horas na escola. Além disso, defendemos que o problema essencial da escola não é de método, mas de constituição histórica. Nasceu para atender ao mercado capitalista, não para desenvolver todas as potencialidades humanas, por isso está desvinculada da produção social e da vida. Assim, defendemos que a escola esteja vinculada à produção social e os que nela estudam e trabalham sejam os responsáveis por determinar as verbas para o seu funcionamento e não os governos, que devem somente repassar as verbas.

A luta por uma escola com essas características depende de uma luta contra a própria sociedade capitalista e contra os governos que a sustentam (cada qual com seu “modelo administrativo”). Essa é a concepção e a resposta proletária à crise educacional.

2. A Conferência da APEOESP e os ataques do Governo à Educação

Em 2000, uma greve dos professores estaduais barrou a Reforma no Ensino Médio. Em 2005, também uma pequena greve e grandes manifestações impediram o desemprego de dezenas de milhares de OFAs que então brigavam contra o PLC 26. Em 2007, foi o ano da luta contra o SPPrev e, em 2008, através da

greve, contra novo ataque aos OFAs e recém concursados.

Nesses quase dez anos, duas políticas diferentes, mas não opostas, caminharam paralelas: a dos governos estadual/federal e da direção da APEOESP. A primeira buscava, diante do fracasso do ensino e da necessidade de corte de verbas, centralizar autoritariamente cada vez mais o trabalho nas escolas e avançar na mercantilização da educação. A segunda atuava buscando amortecer o choque entre os professores e os governos.

Ano após ano, Articulação, Corrente Sindical Classista e ArtNova fizeram o papel de conciliadores. Atuaram para impedir que o movimento do professorado fosse vitorioso em suas reivindicações. Nesse decênio, nada de reajuste salarial que recompusesse as perdas históricas, nada de estabilidade para todos, como defendido pelos professores em luta, nada de melhoria nas condições de trabalho. A política parlamentar, de emendas aos projetos, dessas correntes políticas quebrou movimento após movimento e as poucas conquistas somente retardaram a sanha dos governos.

A verdade dessa constatação está estampada em todos os jornais dos últimos dois anos: Lei contra falta médica, Decreto instituindo avaliação desempenho aos concursados, Lei excluindo ACT do Regime Público de Previdência, Lei instituindo “provinha” e demitindo professor, Resolução com o objetivo de acabar com a EJA, e, finalmente, Parecer do CNE com o intuito de implantar a Reforma no Ensino Médio e Projeto de Lei Complementar 29/2009, que leva ao fim do aumento salarial e estende a avaliação de desempenho a todos os professores da rede.

Como se vê, não foram anos de “vitória”, como a direção do sindicato grita aos quatro ventos. Foram anos de profundos ataques aos nossos direitos e de piora nas condições de trabalho e ensino.

As Conferências e os Congressos do sindicato deveriam servir para armar politicamente os professores para lutarem contra essas investidas do governo. No entanto, como estão sob o controle da burocracia do sindicato, servem para defender o governo de Lula (Reforma do Ensino Superior, PDE, Ensino Médio Inovador etc.) e os métodos de *lobby* parlamentar (as emendas e a pressão aos deputados).

A Conferência que ocorrerá esse ano, sob o domínio dessa direção, será a repetição do que ocorreu nos anos anteriores. Pior: será mais burocrática, pois terá menos delegados e contará com menos discussões, já que a Articulação aprovou que as Teses só poderiam ter duas laudas, o que representa um retrocesso na necessidade de elevação política de todos os professores.

Nosso combate será para transformar essa Conferência em instrumento para a luta. Nossa política será a proletária, a política de defesa integral do emprego, do salário e da melhoria das condições de vida para todos. Chamamos os professores para que conheçam e votem em nossas propostas.

3. Combater as políticas governamentais

As verbas da Educação são sempre escassas em relação às diretrizes macro econômicas dos governos. O governo Lula mantém o superávit primário, mantém o pagamento das dívidas interna e externa, condicionando os demais orçamentos (saúde, educação, previdência social etc.) aos restos que so-

bram. O governo Serra atua da mesma forma. Mantém a Lei de Responsabilidade Fiscal, isenta grandes grupos capitalistas do pagamento de impostos estaduais e corta verbas para os setores sociais. O orçamento para a Educação reflete isso: houve decréscimo na folha de pagamento e menor participação da pasta no orçamento geral, nesses anos.

Ao mesmo tempo, mantém-se a vergonha do fracasso escolar, o que leva os governos a jogarem a sua culpa sobre as costas das vítimas: os professores, os alunos e seus pais. Além das leis já citadas, cria-se o discurso ideológico que busca convencer a sociedade da ineficiência dos trabalhadores da educação.

A direção do sindicato, em vez de se opor a esse discurso de forma contundente, através da mais ampla campanha, retoma a sua “tática” de fazer adendos e remendos à propaganda governamental. Vejamos alguns dos aspectos dessa propaganda:

Qualidade e avaliação do ensino

O governo é categórico: para avançar na qualidade do ensino é preciso ter instrumentos cada vez mais precisos de avaliação do que ocorre nas escolas. O discurso tecnicista que supõe poder apreender os resultados e manipulá-los de forma controlada esconde a sua real intenção, que é preservar a dualidade das redes (público e privada) e aumentar a exploração do trabalho, impedindo a realização do direito de educação igual a todos.

Não obstante esse conteúdo das medidas governamentais, a burocracia do sindicato defende a noção de “qualidade” e de uma “avaliação inclusiva”. Ora, a qualidade é um meio que os capitalistas em disputa encontraram para se diferenciarem no mercado consumidor. Quando se fala de Educação enquanto um direito, a competição deveria ser eliminada e todos deveriam ter acesso a uma educação igual, o que pressupõe a não existência da rede privada, porque ela sim disputa “consumidores” no mercado. A defesa da qualidade atrelada à avaliação inclusiva é uma forma de obscurecer esse problema. Nenhuma avaliação externa será “inclusiva”, todas serão para excluir uma parcela dos estudantes e dos professores. É necessário rejeitar as bandeiras da Articulação/CSC/ArtNova e dos governos como um único pacote de destruição da educação pública, gratuita, laica e para todos. *Por isso, defendemos:*

- fim da avaliação-desempenho, fim da avaliações externas
- fim da rede privada de ensino (Sistema Único Público).

Formação e valorização dos profissionais

O governo diz que forma e valoriza “seus profissionais”. A direção aponta que a formação é insuficiente e a valorização não tem atingido a todos. Ambos partem do mesmo pressuposto: é preciso estabelecer os critérios para uma e outra das questões. Os critérios do governo estão sendo estabelecidos atualmente pelo desempenho nas avaliações externas; os da direção, são retirados das academias e dos “ajustes” que realizam dos projetos oficiais do governo.

Nós nos opomos a essa discussão. Primeiro, não se debate formação dos profissionais quando há um processo de desvalorização contínua da força de trabalho. Hoje por mais cursos e especializações que os professores façam, menor é o seu salário. Um professor com titulação de mestre recebe

algo em torno de 200 reais a mais do que outro professor só com a licenciatura. Os sindicatos não podem defender o aumento da qualificação sem antes defender aumento salarial correspondente. Fazer o contrário é contribuir para o arrocho salarial, para a desvalorização da carreira e justificar ideologicamente o desemprego como uma conseqüência da pouca qualificação dos trabalhadores, quando isso é uma farsa. Segundo, não defendemos a “valorização” como algo atrelado a qualquer desempenho do professor. Qualquer trabalhador deve receber aquilo necessário para a sua sobrevivência, deve receber, portanto, um Salário Mínimo Vital, que, em nossos cálculos, gira em torno de R\$ 3500,00. O Plano de Carreiras deve privilegiar o tempo de serviço, garantindo que o professor que se aposente tenha os maiores salários. Uma adaptação às medidas do governo nesse ponto significa traição histórica às reivindicações do magistério e deve, por isso, ser rejeitada na íntegra. *Defendemos:*

- um Plano de Carreira discutido e aprovado pelos professores, fim da 836/97;
- derrubada do PLC 29/2009;
- reajuste salarial já, com base no Salário Mínimo Vital.

Financiamento e gestão democrática

Não existe gestão democrática e o financiamento da educação não é determinado por critérios educacionais. Esse é o ponto do qual partimos e não é possível mascarar essa realidade. Levantamos há anos que a centralização burocrático-repressiva nas escolas impede qualquer “democracia” interna. Os Conselhos de Escola são mera formalidade controlada por diretores e supervisores de ensino. Os Horários de Trabalho Coletivo transformarem-se em adestramento ideológico através das cartilhas e das metodologias de “controle do aprendizado”. O chicote estala sempre que uma voz dissonante se levanta. Não é possível gestão democrática quando a escola, estruturalmente, foi constituída para atender os interesses das classes dominantes. Haver uma democracia interna na escola e uma ditadura externa na sociedade, como supostamente ocorreria, é uma mentira. Não podemos sequer denunciar publicamente a destruição dessa escola sem que soframos processo administrativo. O que falar então de gestão democrática? Só pode haver nos poucos momentos de luta, em que todos discutem, deliberam e executam o discutido coletivamente. Fora da luta, não existe democracia, existe imposição de medidas que vêm da Secretaria, passam pelas Diretorias e são aplicadas pelos diretores e também coordenadores pedagógicos nas escolas.

Quanto ao financiamento, não é possível defender um aumento de verbas de forma abstrata ou defender “financiamento público só para escola pública”. Essas propostas são limitadas. O aumento de verbas para a Educação está ligada ao fim da rede privada que vive de benefícios fiscais do poder público e também à discussão e à deliberação entre os envolvidos do quanto é necessário de fato para as escolas. Logo, defendemos que sejam os professores, pais e alunos que decidam o quanto é necessário de verbas para educação e que os governos somente repassem o dinheiro, sem determinar o tipo de organização, conteúdos ou avaliação do ensino, de responsabilidade apenas da escola. *Por isso:*

- Nenhuma ingerência no ensino;
- Que os trabalhadores da educação decidam sobre as verbas para a educação.

Escola inclusiva e escola de classe

Há setores historicamente afastados da escola de classe. As pessoas que nascem com necessidades educacionais especiais foram sendo alijadas do direito à educação em todos os níveis. Mas não somente elas, os negros e a juventude mais pobre também o foram. Os governos pressionados por demandas desses setores criaram políticas ditas “inclusivas” para amenizar o problema. Chamam a escola de hoje de escola “inclusiva”, pois aceita a matrícula de todos. Será isso o fim da exclusão dos mais oprimidos? Obviamente que não.

A direção majoritária do sindicato faz demagogia com a defesa de uma escola inclusiva, fazendo coro com o governo

federal. Na prática, esses setores excluídos continuam a sê-lo, entretanto agora o são no interior da própria escola. A não discriminação no acesso não garante a permanência, pois a nossa escola continua sendo a velha escola de classe que seleciona os “melhores” para o mercado de trabalho e este não é nada “inclusivo”. É um mercado altamente competitivo, onde prevalece o desemprego e a desvalorização da força de trabalho.

Não haverá uma escola inclusiva, enquanto houver a escola de classe. A sua superação só é possível com uma nova sociedade e o fim do capitalismo. Antes dela, permanecerá a exclusão histórica e as migalhas para os oprimidos serão somente ilusão para mantê-los na passividade. *Defendemos:*

- **escola pública, gratuita, laica, vinculada à produção social e para todos;**
- **uma nova Escola que será o produto de uma nova sociedade, saída da Revolução Socialista.**

O ensino a distância no Brasil: avanço da privatização

O grande impulso do EaD (Ensino a distância) se deu após a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), realizada em Jomtien – Tailândia, que se caracteriza como um marco para a implementação de Reformas Educacionais em toda a América Latina, ditadas pelos organismos internacionais (Banco Mundial/FMI) controlados pelo imperialismo norte-americano.

O EaD teve seu auge no governo de Fernando Henrique Cardoso/ PSDB, governo que cumpriu fielmente as diretrizes do imperialismo, concretizadas nas políticas neoliberais.

As Reformas Educacionais em curso tem como princípio a mercantilização do ensino, que se deu num primeiro momento através da “descentralização” (desobrigação do Estado com o sustento da Educação), ou seja, a Educação passa a ser tratada pelos capitalistas como uma fonte de exploração pelo mercado do ensino. Estavam dadas todas as condições para um pacto entre a burguesia nacional e a imperialista. Por um lado, a burguesia nacional se livrava cada vez mais de custos com o ensino público, possibilitando a expansão da rede privada, enquanto a burguesia imperialista ampliava seu saque às semicolonias por meio da estratégia da globalização/desnacionalização.

A maior expressão do EaD se concentra no ensino superior. A primeira experiência obtida por meio de uma tentativa fracassada de implantação completa na

UnB (1970) levou a uma implementação do EaD no ensino superior de forma gradativa. Ou seja, primeiro se implantou nos cursos de extensão, logo após na especialização e por fim na graduação.

O EaD se transformou, num curto período de tempo, em um negócio altamente lucrativo (em apenas 4 anos cresceu 356% no ensino superior). Não faltaram argumentos tecnológicos e pedagógicos para mascarar os interesses entre: empresários da educação; indústria de informática, provedores, corporações de comunicação, sem falar das esferas governamentais (nacional e internacional).

As instituições confessionais, a fim de concorrer no mercado da Educação, também já não dão tanta importância ao humanismo na Educação. Com o objetivo de baratear os custos com a Educação, utilizam-se da modalidade do EaD principalmente nos cursos de pós-lato sensu/extensão e aos poucos vão expandindo na graduação.

A Formação de Professores tem sido, desde o início, o grande negócio do ensino a distância, que inclusive uniu universidades públicas e privadas (Projeto Veredas/ PEC-SP);

Nas instituições privadas, a princípio os 20% permitidos em EaD favoreceu seu status acadêmico, possibilitando o equilíbrio entre o presencial e o virtual. No entanto, em pouco tempo, expandiu seu poderio abocanhando um maior número de estudantes para baratear seus

custos. Em 2004, apenas 9 instituições particulares controlavam 165.620 alunos em cursos a distância. Ao mesmo tempo se dava a expansão acelerada da privatização no ensino superior.

O sistema privado de ensino passa a controlar as universidades e determinam a política educacional do governo.

Este crescimento vertiginoso das universidades privadas gera um excedente de vagas (ociosidade) por conta do funil econômico imposto pelo próprio sistema capitalista. Logo cai à lucratividade dos empresários do ensino, levando a quebras, aquisições, fusões e conseqüentemente às demissões e redução de salário. Cenário perfeito para uma abertura maior para o mercado externo (desnacionalização do ensino), a exemplo do grupo Anhanguera, que diante da concorrência, ociosidade, inadimplência, alto custo com o ensino presencial, o EaD ganha ainda mais espaço no mercado, uma vez que as forças econômicas que impõe o EaD expressam a mercantilização, o lucro, o barateamento e a isenção dos governos quanto a responsabilidade com a educação pública/presencial.

Serviu também como facilitador na expansão do EaD, o estabelecimento de fundamentos legais, concretizados principalmente na LDB 9394/96, regulamentada no governo de FHC/PSDB, que cria espaço para o EaD na legislação educacional, dando forma legal para a linha privatizante da política neoliberal no en-

sino. Outros decretos e portarias foram ampliando legalmente as possibilidades de transformação do ensino presencial em ensino virtual, sobre pressões dos mercantilistas da Educação, que almejavam total liberdade.

É importante notar que o papel do Estado foi fundamental para implantação/expansão e legitimação do EaD, uma vez que os governos de FHC/PSDB, e posteriormente, de Lula/PT, além de estabelecerem fundamentos legais para a EaD, exigiu a formação de professores em nível superior ao passo que acionou as universidades públicas para implantar a EaD, criando convênios público-privado para a formação de professores e incentivou financeiramente os professores na compra de computadores. Logo, o Estado dá um grande salto em favor da descaracterização do ensino presencial, da implantação do ensino virtual e da estruturação de uma base sólida para exploração mercantil na educação.

Neste período, também ocorreram às reformas curriculares dos cursos de licenciatura, adequando-se às reformas educacionais.

No entanto, como se não bastassem as intervenções estatais para legitimar o ensino a distância, surgiram no meio acadêmico vários defensores desta modalidade. Estes se apoiaram principalmente em argumentos pedagógicos e metodológicos, tais como: 1) que o EaD era consequência natural da implantação das novas tecnologias na Educação; 2) que seria a solução para a exclusão de milhões que não podem estudar; 3) que era a expressão da modernização do ensino a fim de superar a velha forma presencial; 4) que consistia num processo de auto-construção do conhecimento, onde o aluno deveria ser o centro da aprendizagem etc. Argumentos que serviam para obscurecer a crescente mercantilização.

Encontramos também os semi – críticos, que se apoiavam na política reformista, para aceitar o EaD, desde que “bem aplicado”. Ou seja, que não fosse “totalmente controlado a serviço do capital”. Acreditavam que por meio do ensino a distância podia-se resolver o problema do acesso de milhões aos estudos.

Mentalidades privatizantes/rea-

cionárias foram se forjando, sob uma concepção alienante que acredita que se deve apoiar todo e qualquer incentivo do governo para ampliação do acesso a educação, chegando a atribuir à expansão da rede privada superior a responsabilidade pela “democratização do ensino” (propaganda ideológica burguesa de inclusão social), que serviu de base para a sustentação das medidas de inclusão do governo Lula, que criou o PROUNI/REUNI a fim de fortalecer a política mercantilista.

No governo Lula, o EaD assumi o caráter de Inclusão Digital ou “ensino democrático”. No entanto, a proliferação de instituições privadas não gerou a democratização, mas sim um excedente de vagas, em virtude da precária condição sócio-econômica da maioria da população, o que nos mostra que no capitalismo não pode existir inclusão nem mesmo na educação. Usar o EaD para resolver esta contradição própria do capitalismo não passa de argumento mercantilista, afim de explorar uma forma de ensino em função da lucratividade.

Na escola pública decadente, a introdução do ensino a distância é a mais alta expressão da deformação, contrariando a tese de que o EaD trata de sua modernização. Frente aos discursos de defesa da escola pública, o objetivo da universalização do ensino também não passou de falácia, já que a universalização do ensino fundamental se deu apenas no ingresso, enquanto que no Ensino Médio mais de 50% dos jovens continuam fora da escola e destes apenas 11% chegam a ingressar na universidade, sendo que 75% estão em instituições privadas;

Portanto, frente a todo este processo de privatização do ensino e de sucateamento da escola pública e do ensino presencial, a Corrente Proletária na Educação defende que para ser consequente na Defesa da Escola Pública é preciso defender a estatização de todo o sistema e a constituição de um sistema único, público, laico, gratuito e vinculado a produção social. A escola para ser uma conquista democrática precisa deixar de ser propriedade privada.

Posições da Corrente Proletária frente ao Ensino a Distância

- As forças econômicas que impõe

o EaD expressam a mercantilização, o lucro, o barateamento e a isenção dos governos quanto à responsabilidade de ampliar a Educação pública presencial;

- Além da visível dimensão mercadológica, é gerada a redução de recursos e da utilização da força de trabalho (o profº. é substituído por um tutor, que maneja os recursos informatizados);

- Defender o caráter presencial do ensino não significa defender a escola decadente do capitalismo desvinculada da produção social;

- Contrapor-se a substituição do ensino presencial pelo virtual não significa negar a tecnologia e a sua aplicação na educação;

- A escola, o processo educacional e a tecnologia devem ser analisados como produto das relações econômicas e sociais na forma concreta em que se apresentam na fase do capitalismo monopolista;

- Não se pode separar os interesses do capital interno e externo, uma vez que o EaD é uma imposição neoliberal, conduzida pelas potências e aplicadas nos países de economia atrasada (semi-coloniais);

- Aplicar a tecnologia por si só, como no EaD, sem considerar a essencialidade da ciência (produção do conhecimento), só pode contribuir para a alienação do homem;

- O alto desenvolvimento da tecnologia e do trabalho se choca com as relações de produção (privada), que não está a serviço do conjunto da sociedade, mas apenas a uma minoria;

- É preciso derrotar a explicação reacionária de que o EaD é a única possibilidade de estudo para aqueles que trabalham, por falta de tempo. É preciso impulsionar a luta pela redução da jornada de trabalho, para que todos tenham possibilidade de combinar trabalho e estudo;

Portanto, é preciso se contrapor ao ilusionismo pedagógico do EaD e ao mesmo tempo combater a velha escola desvinculada da produção social (decorativa, concorrencial e anticientífica), impulsionando a defesa de uma nova escola (pública, laica, gratuita e vinculado a produção social) que virá de uma nova sociedade.

Fortaleza-CE

Balanço da greve dos professores do Município

A greve dos professores da rede municipal encerrou-se dia 31 de julho, após mais de 90 dias ininterruptos de paralisação. O movimento teve início na assembléia de 23 de abril, com a paralisação aprovada por unanimidade onde a categoria reivindicava prestação de contas do dinheiro do Fundeb, implantação do piso salarial, redução da jornada de 48h para 40h semanais (já que Fortaleza era a única capital com esta jornada), correção do enquadramento na tabela vencimental do PCCS e reajuste de 19,2%.

A reação da prefeitura petista, inimiga dos trabalhadores

Antes da deflagração da greve, a diretoria do Sindiute não foi para o embate com a prefeitura, marcando, por ofício, as negociações. Isso permitiu à Prefeitura do PT se recusar a receber uma comissão dos diretores do Sindiute para negociar a pauta. Depois da deflagração, a Prefeita Luizianne recebeu os grevistas, mas apenas para dizer que a arrecadação do município havia diminuído, em virtude da crise, e que as reivindicações não poderiam ser atendidas. Em seguida a Prefeitura fechou o canal de negociação. A greve teve adesão de grande parte da categoria, a despeito de toda propaganda feita pela Prefeitura de tentar contrapor os pais aos professores. Os vereadores petistas (em especial o líder da Prefeita, Acrísio Sena/PT) recorreram à imprensa para dizer que a greve não tinha sentido e o Executivo municipal não entendia as razões do movimento. Em seguida os porta-vozes da prefeita passaram a mentir descaradamente ao dizerem que a greve era política em virtude da próxima eleição para o Sindiute.

A greve esteve sob o controle das burocracias sindicais

As assembléias do Sindiute eram controladas com mão de ferro pela sua diretoria (Corrente O Trabalho/PT). Apoiando-se no atraso político de parte da categoria, que era contrária às inscrições para avaliação da greve, e ao mesmo tempo alimentando-a, a direção só em algumas assembléias permitia os professores de base e correntes de oposição se pronunciar. A diretoria do Sindiute se contrapôs à criação do COMANDO DE GREVE (que permite aos professores de base dirigir o movimento e é tradição em todas as greves do magistério e de outras categorias). Alguns de seus diretores propositadamente tentavam confundir o comando de greve com comissões de mobilização, afirmando que 'qualquer um poderia se sentir comando de greve'. Outros diziam que o comando era desnecessário, pois a diretoria já representava a categoria. Apenas depois de um mês de greve e devido à pressão das correntes de oposição, em especial a Corrente Proletária/POR, a direção do Sindiute encaminhou a formação de um comando, mas dava-lhe um funcionamento precário, com reuniões irregulares.

Em meados de maio, com a deflagração da greve na rede estadual, os professores de base impuseram às direções, em especial à Apeoc, assembléias unificadas no Aécio de Borba. Estas eram constantemente ameaçadas pela Apeoc que pretendia cindir o movimento grevista.

A democracia sindical foi mutilada também no caso das co-

missões que iam negociar com a Prefeitura. Apenas depois da pressão das bases e da propaganda da prefeita dizendo que a greve era política, é que a direção do Sindiute, passou a aceitar a participação da base nas comissões.

A unidade grevista não foi acompanhada de um comando de greve democrático e de base

A unificação com os professores do estado, sob a batuta da APEOC (Penha, Anízio e Cia) não foi acompanhada da formação de um comando de greve democrático e com participação da base. As burocracias sindicais se reuniam em separado, a portas fechadas e decidiam o calendário, a pauta e a organização das assembléias. No caso destas últimas, em várias assembléias sequer o direito de fala por parte dos representantes de zonais foi garantido e a base só era chamada a manifestar-se depois das falas das direções, das centrais pelegas (CUT, CTB), de votada a continuidade da greve e o calendário, que era quando estas começavam a esvaziar-se. Dessa forma nenhuma proposta mais poderia ser encaminhada e na prática as assembléias ficavam castradas. Não poucas vezes a APEOC tentou romper a unidade das duas categorias, como na tentativa de marcar assembléia em separado do estado (04 de junho no Colégio Marista).

Lições da Greve: Faltou a ação direta radicalizada para arrancar as principais reivindicações

Não poucas vezes a diretoria do Sindiute repetiu que 'radicalizar é fechar escolas'. Com isso queria dizer que bastava fechar escolas para se pressionar a Prefeitura e a obter as reivindicações. A lição que os professores precisam extrair desta greve é que nosso movimento, em virtude do peso econômico insignificante, não pode se dar ao luxo de parar suas atividades e esperar que esta simples ação tenha o impacto necessário sobre o estado (como ocorre com os motoristas, operários têxteis etc). Por isso a Corrente Proletária insistiu durante toda a greve na necessidade de bloquear avenidas (como a 13 de maio) e ocupar prédios públicos etc para forçar a prefeita a abrir a negociação e arrancar conquistas. A diretoria do Sindiute, porém, manteve, juntamente com a Apeoc, um calendário arrastado, sem atividades massivas, de choque com a prefeitura, e bloqueios de ruas. O resultado foi que a Prefeitura pode matar a greve no cansaço e esperar pelo natural esvaziamento do movimento. Quando isso ocorreu só restou à diretoria do Sindiute correr atrás de vereadores que intermediassem as negociações. O resultado foi o envio de alguns projetos de lei que não garantiam reajuste salarial, mas apenas migalhas e algumas conquistas tais como: uma mudança de nível, equivalente a 2% mais aumento de 3% na gratificação de regência de classe (passou de 47% para 50%) e redução de um sábado (quando a lei obriga a prefeitura a retirar os dois) respectivamente.

A conclusão que precisamos tirar é da necessidade de uma nova direção combativa, que garanta: democracia sindical e luta conseqüente para derrotar Luizianne e seus apoiadores.

A greve do primeiro semestre foi vitoriosa?

No início de setembro, o Jornal do Campus (nº 355) trouxe uma matéria sobre a greve do primeiro semestre. Nela, as três principais entidades do movimento - a Adusp, o Sintusp e o DCE - expuseram a opinião de que a mobilização foi vitoriosa. Quais os argumentos? Atendimento de pontos da pauta específica dos funcionários, aumento salarial e ter dado "visibilidade" à questão da falta de democracia na universidade.

Merece destaque no artigo a justificativa da diretora do DCE (Júlia Almeida, militante do PSTU), de que a greve possibilitou o surgimento de "uma consciência da necessidade de democratização". Nada mais vazio. Declarar que tivemos um salto de consciência não muda nada. E não adianta dizer que "estamos em um outro patamar" para a conquista das demandas estudantis. Mesmo porque não existem indicativos reais de que a afirmação seja verdadeira. Afinal, onde estão os milhares de estudantes pressionando a reitoria, se reunindo em suas unidades etc.? Não existe *agora* tal estado de ânimo na base. O momento é de refluxo, afinal, muitas energias foram gastas durante o primeiro semestre, sem que fosse obtido êxito algum em relação aos pontos da pauta estudantil. Logo, o mínimo que podemos concluir sobre a afirmação de Júlia é que está profundamente equivocada. Dizemos que é o mínimo, pois o problema tem raízes mais profundas, devemos compreender as razões para a diretoria do DCE sair por aí cantando vitória.

A greve não foi vitoriosa e declarar que o "movimento estudantil como um todo saiu fortalecido" soa absurdo. Nada de concreto foi obtido em relação à Univesp (programa do governo estadual de ensino à distância), que foi adiada por disputas alheias ao movimento dos que estudam e trabalham na universidade. A resolução do Conselho Universitário que abre os portões da USP para a polícia reprimir o movimento continua de pé. A reitora não caiu e a estrutura de poder arcaica e antidemocrática que a sustenta também permanece inalterada. O dirigente do Sintusp, Claudionor Brandão, não foi readmitido. Pelo contrário, outras lideranças sindicais estão agora sob ameaça. Os reajustes salariais foram miseráveis.

A direção do DCE (PSTU - gestão *Nada será como antes*) precisa apresentar qualquer coisa como vitória. Não pode chocar com a

consciência da maioria dos estudantes, afinal, está de olho nas eleições para o DCE no final do ano. Necessita voltar às bases com um discurso triunfal para se justificar frente aos setores mais céticos e desmobilizados, diante dos quais o PSTU possui uma imagem de "esquerdista" e "radical". Para esses estudantes, via de regra, o melhor é eleger uma chapa com propostas "realizáveis", isto é, que sejam negociáveis com a burocracia, sem que se imponha a necessidade da luta coletiva. O que o PSTU tenta, então, é se adequar a esses anseios, o que traz como consequência ter de competir com a versão estudantil do chamado "sindicalismo de resultados", versão típica das correntes reformistas no movimento estudantil (PT, PCdoB e P-Sol). Dessa concepção de movimento resulta a burocratização das entidades, pois consiste numa política de conciliação, em franca contradição com a via da mobilização coletiva e com o método da ação direta. Resulta também a obrigação de apresentar migalhas como conquistas "possíveis". O PSTU sabe que essa concepção engana e atrai muitos estudantes (leia-se votos) e provavelmente será colocado frente a frente com esses agrupamentos reformistas durante a disputa para o DCE e CAs. O PSTU, se fosse revolucionário, trotskista (como insiste em proclamar), deveria lutar contra a política reformista na base dos estudantes, denunciando-a por sua prática eleitoral e traidora. Quanto à possibilidade de alcançar vitórias ou não, deveria dizer que é a correlação de forças no decurso da luta que vai determinar, e que partir de uma pauta rebaixada é prova pura de servilismo, de covardia. Mas, ao invés disso, acaba se *adaptando* à política da maioria dos estudantes por uma conveniência eleitoral, pelo mero cálculo de votos. Apóia-se nas camadas mais apáticas e se submete ao imobilismo delas.

É verdade que não podemos nos isolar dos estudantes que hoje se mostram mais conservadores em seus discursos e práticas, que geralmente se mostram mais reticentes diante da possibilidade de mudanças. Ao contrário, devemos disputar suas idéias, convencê-los da necessidade de se mobilizarem, convencimento que deve partir da experiência prática, da luta ao redor das reivindicações mais sentidas. A vivência num quadro de mobilização coletiva, é o melhor método

para submeter à prova as diferentes políticas que circulam no interior do movimento. A experiência é útil também para que cada um possa verificar e tirar as próprias conclusões sobre os inimigos dos interesses dos que estudam e trabalham. Mas, qualquer grupo que se proponha a realizar tal política deve se apoiar nos setores mobilizados e na mais ampla democracia interna, além de aprender a ouvir os estudantes, assimilar o que eles têm a ensinar. O inconveniente desta linha de atuação, do ponto de vista eleitoral, é que implica combater no seio dos estudantes a linha de passividade. Logo, pode gerar certa insatisfação e, o que é mais importante para o PSTU, pode levar à perda de votos, em outras palavras, à perda do controle sobre o aparelho.

Porém, o PSTU não pode comparecer como partido eleitoral, precisa mascarar sua verdadeira atuação, afinal, pretende se consolidar como "alternativa de esquerda" às correntes governistas, geralmente representadas pela UNE, ou mesmo em relação aos agrupamentos que fazem oposição à "entidade histórica" do movimento estudantil nacional. O PSTU precisa de uma imagem de partido "de luta", o que a experiência na USP (e fora dela) tem demonstrado que realmente não é. Busca encobrir sua atuação durante o processo de luta que foi desencadeado no primeiro semestre, isto é, precisa esconder que esteve desde o começo do ano conspirando contra o movimento. O fato é que votou várias vezes contra a greve, com o argumento mecânico de que era preciso "construí-la", afirmando que não havia um apoio massivo. Na prática, a condição colocada pelo PSTU (e outros setores, como o P-Sol) implicava num obstáculo intransponível e serviu para esconder a posição contrária à greve. Resultado: a paralisação das aulas só saiu por conta da invasão policial em junho, ou seja, era tarde demais.

Certamente, iniciar um movimento com ampla participação é o que todos aqueles que estão do lado da luta desejam. No entanto, pouquíssimas mobilizações no passado começaram conquistando a maioria. A greve de 2000 constitui uma referência importante nesse debate, pois começou na FFLCH, se espalhou por quase toda USP e por pouco não atingiu uma unidade com outros setores do funcionalismo público estadual, que tam-

bém estavam em greve (saúde, professores). A greve estudantil de 2002, uma das mais radicalizadas da última década, começou no curso de Letras, para só depois ganhar os outros cursos da FFLCH. Em 2007, tivemos outra demonstração de como um movimento amplo é construído: praticamente não havia perspectiva de greve. A ocupação da reitoria, no entanto, fez explodir um movimento que se espalhou rapidamente por toda a universidade, chegando a influenciar o movimento estudantil por todo o país, com diversas ocupações simultâneas.

Tratava-se, portanto, de saber se existia nesse primeiro semestre uma tendência de luta represada na base estudantil. Ou seja, saber se existiam razões para uma greve, a partir das demandas gerais e das diversas unidades, e se os estudantes estavam dispostos a lutar por essas reivindicações. A experiência demonstrou que estavam presentes essas condições. A Faculdade de Educação saiu à frente de todos os outros cursos, devido principalmente à luta contra a Univesp. Em outras unidades, foram outras pautas que serviram para impulsionar a ação e organização dos estudantes. A retomada do espaço do DCE, a ocupação relâmpago da reitoria e outros fatos mostravam claramente uma disposição ao enfrentamento com a burocracia universitária e os governos. Vale lembrar que os funcionários estavam em greve desde o princípio de maio e que permaneceram isolados por muito tempo, suportando sozinhos a pressão da reitora intransigente. Nos cur-

sos desmobilizados, havia (como certamente ainda há) demandas específicas que podiam ser levantadas a favor da construção de uma grande luta unificada.

Para quebrar a disposição de luta que apenas começava a despontar, vimos entrar em cena, durante as assembleias, a antiga tática do iô-iô, que assim chamamos pois se trata de uma política de empurrar as decisões dos fóruns de curso para a assembleia geral e desta para os cursos. O que significa que não se decide nada em lugar algum. É um meio de se posicionar contra a mobilização de forma disfarçada, podendo até dissimular um discurso radicalizado (“ir às bases”, “ganhar corações e mentes” e coisas do gênero). O P-Sol, que dirige (ou ao menos influencia) um número razoável de CAs foi o maior artífice dessa linha política e divide com o PSTU a responsabilidade pelo fracasso da mobilização. O boicote constante ao Comando de Greve também foi um dos meios para quebrar a tendência do movimento a se projetar. As atividades eram mal divulgadas, isso quando não eram divulgadas apenas pela oposição. Várias deliberações de assembleia foram descumpridas (como no caso do ato no dia 9 de julho). Isso sem contar os momentos mais trágicos, como quando o PSTU tentou ignorar o movimento espontâneo de ocupação da reitoria, ou quando queria assinar um acordo com a reitoria, o qual permitia, na prática, a destruição da autonomia estudantil sobre o espaço ocupado do DCE.

O movimento só não foi adiante por con-

ta da política das direções. A repressão violenta da PM deu ao movimento o elemento de aglutinação que faltava, com assembleias massivas que faziam lembrar a mobilização de 2007. Foi a assembleia geral que estabeleceu a unidade entre os estudantes, que devia ser impulsionada pela direção (PSTU), mas aconteceu apesar dela, temporariamente e com várias limitações. Quando estouraram as grandes assembleias gerais, a diretoria do DCE e o P-Sol (além de outras correntes menores) não tiveram outra opção e tiveram de passar à posição de apoio, que logo foi abandonada quando a reitoria acenou com um acordo junto ao Sintusp de retirada dos piquetes em troca da saída da PM do campus. Tratava-se de um engodo, visto que a polícia continua tendo passe-livre no campus, mas os funcionários, que estavam extenuados e receberam mais algumas concessões, abandonaram a luta. O mesmo ocorreu com os docentes. O adiamento da Univesp e o fim do semestre serviram como a pá de cal para a mobilização.

Em suma, para não admitir os erros cometidos, O PSTU tenta agora “decretar” uma vitória um tanto duvidosa. Violenta a realidade para limpar a própria barra. É como se estivesse dizendo, nas entrelinhas: “Estão vendo! Tudo que fizemos levou ao final que queríamos. Vitória!”. Com uma direção como esta, quem precisa da reitoria como adversária política?

A partir de quando “nada será como antes”?

Rodoviários / Fortaleza-CE

É preciso organizar a luta para defender as condições de vida dos rodoviários

Reproduzimos abaixo trecho do boletim da Corrente Proletária

Os rodoviários saíram da última campanha salarial com **reajuste de 8%** oferecido pelos empresários (**Sindiônibus**). O reajuste era parte de um acordo em que se pretendia justificar o aumento de passagem para R\$ 1,80 e aumentar os lucros dos patrões às custas do sofrimento da população. Além do povo pobre, os motoristas, cobradores e demais trabalhadores rodoviários tem suas condições de vida atacadas pelos donos de empresas. Além de trabalhar com apenas 4 folgas no mês, os salários continuam rebaixados sendo apenas pouco maior que 2 salários mínimos e um vale refeição de míseros **R\$ 5,00** por dia! A hora normal é de apenas 3,01 para os cobradores e o adicional noturno é outra miséria: apenas 0,60 centavos! O que significa que os que trabalham madrugada a dentro, prejudicando seu estado físico, ganham apenas 3,61 por hora trabalhada. Quanto à exposição à violência nem é preciso dizer que trabalhar nos ônibus é há muito uma profissão de risco e que não há nenhuma gratificação de insalubridade ou por local perigoso.

Unidos no objetivo de massacrar os trabalhadores rodoviários, estão a Prefeita **Luizianne Lins/PT** e o Sindiônibus. Quem não

lembra como foram tratados os rodoviários quando paralisaram ano passado por 3 dias ocupando os terminais? Demissão para vários e perseguição a outros. E isso quando as reivindicações dos motoristas eram mais do que justas. Os Empresários sentem-se os donos da cidade. A Prefeitura do PT está com eles contra a população e os trabalhadores dos transportes públicos. Exemplo disso foi que a prefeitura se comprometeu a não mais resgatar a **CTC**, como empresa do Sistema Integrado de Transporte, tudo isso com o objetivo de agradar aos empresários e tem permitido ao empresário **Jacob Barata**, dono da empresa Guanabara, monopolizar várias linhas em Fortaleza.

Qual a saída? Manter a luta contra o Sindiônibus e seus abusos! Batalhar pela expulsão da atual diretoria vendida do SINTRO, que age à serviço dos patrões e trabalha contra os rodoviários. É preciso construir uma direção de luta e combativa para os motoristas!

* Abaixo o Sindiônibus! Estatização do transporte público sob controle dos trabalhadores!

* Por um salário mínimo vital de R\$ 3.500! Redução da jornada de trabalho para que haja emprego a todos!

A burguesia obriga os trabalhadores a viverem no lixo

*Devemos lutar e devolver o lixo para a burguesia!
Nenhum aterro na região de São Mateus e Sapopemba!*

A burguesia tira toda a sua riqueza da exploração do trabalho. Com essa exploração, desenvolveu a indústria e as máquinas para produzir mercadorias e desta produção se apropriou individualmente. A burguesia não se apropriou apenas do trabalho dos operários, mas também da natureza para lucrar sempre mais. Esse processo levou à acumulação de riqueza de um lado e de fome e miséria do outro. Mas não só isso: levou ao acúmulo de lixo. Lixo das indústrias e das populações miseráveis que vivem em torno daquelas.

E para onde a burguesia manda o lixo? Para as regiões onde moram os operários e as suas famílias. A região de São Mateus e Sapopemba evidencia isso. Sendo uma região de grande concentração operária e trabalhadora, recebe os impactos do mundo capitalista: a fome, a miséria e o lixo.

A classe média decadente da cidade, ligada ao parlamento, reúne-se na Vila Mariana, bairro de classe média, para propor “políticas públicas” e para responsabilizar a todos pelo excesso de lixo e pela destruição da natureza. Como se a responsabilidade pudesse ser compartilhada entre todos: população pobre, classe média e os capitalistas. Nada mais falso.

Os operários precisam desenvolver a sua própria política em relação às condições de vida nas grandes cidades. Não podem confiar no discurso democratizante da pequena burguesia, nem nas migalhas e compensações que oferecem os capitalistas por soltarem seus lixos sobre nós.

Histórico dos lixões

Desde 1979, a região de São Mateus convive com os lixões. Nesse ano, o então prefeito Reinaldo de Barros abriu o “Lixão do Sapopemba” (hoje conhecido como aterro); na época, era um lixão a céu aberto, para ser fechado foi necessário a mobilização dos moradores da região, com protestos que chegaram a ser diários. Depois dos protestos, a prefeitura fechou o aterro em 1986, depois de sete anos de mau cheiro e doenças.

Em 1992, voltam a nos impor novo lixão. Dessa vez, é a prefeitura petista de Luiza Erundina que assina um contrato de licitação para a construção do aterro conhecido como São João. Mais uma vez, acenam com promessas de compensações para a população da região. Tais promessas permitiram a instalação do aterro sem nenhuma resistência. Hoje, o aterro São João está desativado, porque sua capacidade de recebimento de lixo ultrapassou o equivalente a um prédio de 40 andares, é uma montanha de lixo de quase 150 metros de altura. Os ditos “especialistas” afirmam que o aterro deveria ter parado nos 100 metros, o que era a previsão original do projeto de aterro. No entanto, nenhum especialista ou demagogo da pequena burguesia veio lutar, quando o aterro ainda estava ativo, para impedir que jogassem mais lixo.

Dez anos depois, em 2002, forma-se uma concessionária chamada “Ecourbis Ambiental SA”. É uma das maiores empresas privadas da América Latina, tendo como acionistas

companhias como Construtora Queiroz Galvão S.A, Heleno & Fonseca Construtécnica S.A., Construtora Marquise S.A., etc. Essa concessionária (Ecourbis Ambiental) passa a atuar no setor do lixo. Ela que começa a administrar o aterro São João. Ganha com o negócio montanhas de dinheiro, quase tão grandes como as montanhas de lixo depositados todos os dias. Apenas em 2007, o aterro é desativado, não por vontade dos capitalistas, mas porque uma outra montanha de lixo desabou, o que obrigou a prefeitura a desativar o local.

Como os negócios com o lixo são altamente lucrativos numa cidade como São Paulo, com mais de 11 milhões de habitantes, a Ecourbis Ambiental, imediatamente depois da desativação do “São João”, entrou com um pedido de licitação para ampliar o aterro na área do Pico São Rafael (também localizado próximo a São Mateus/Sapopemba).

Dessa vez, para “convencer” a população e os chamados “líderes populares”, a Ecourbis Ambiental deu uma requentada nas chamadas políticas de compensações e novamente nossa região receberá toneladas de lixo da burguesia.

Políticas em choque

Um setor de ambientalistas ligado à Igreja Católica e reunido na Vila Mariana conseguiram uma liminar do Ministério Público embargando a licitação de ampliação do aterro São Rafael. Entretanto, por não se apoiar nas lutas de base e na população mobilizada, o seu fôlego é curto e a Prefeitura, hoje nas mãos de Gilberto Kassab, está empenhada em instalar um outro aterro, utilizando-se da política de compensações. Descaradamente, conclamam a população a aceitar de forma passiva a ampliação e criação de aterros e lixões.

O presidente da Ecourbis, Ricardo Acar explica que “o que dependia de nós está em dia. Temos carinho e dedicação especial por São Mateus, pois criamos um vínculo muito forte com a subprefeitura e com a comunidade. É um orgulho muito grande que as compensações fiquem aqui em São Mateus, espero que as obras comecem logo”. O capitalista escroque que nunca morou perto de um lixão diz ter carinho com a população. As tais compensações que tanto defendem são as seguintes: a) criação de um Parque Natural Florestal, no entorno do aterro; b) projeto de 5 Equipamentos de Uso Público, em áreas a serem definidas; c) outro Parque Natural, também a definir; d) Áreas verdes internas ao aterro, implantação de cinturão verde e recuperar áreas de remanescentes; e) criação de Centro de Referência Ambiental (no do Morro do Cruzeiro em São Mateus); f) outro Parque, esse na Sapopemba, para a população que terá pista de Sapopemba e terá pista de Cooper, equipamentos de ginástica, campo de futebol, quadras, campo de bocha, parquinhos e quadra de futebol society, etc.

Como se vê, aparecem aí somente duas políticas para a população. A primeira, da classe média, que se diz “ecológica”, que atua no parlamento e no judiciário, para conseguir o menos pior. A segunda, da própria burguesia, que ilude a população miserável, com promessas de “parques naturais” (um simulacro de natureza que por mais de um século essa mesma

burguesia tem destruído), numa região em que não há quaisquer meios de diversão ou lazer.

Os líderes que se dizem “populares” ficam encantados com ambas as políticas: de pressão institucional e de migalhas às comunidades carentes. São o meio de expressão para a implantação dos aterros e lixões que só beneficiam economicamente a burguesia.

É preciso desenvolver uma política proletária para os

Metalúrgicos - ABC

Campanha Salarial dos metalúrgicos

A patronal está decidida em conceder apenas a reposição da inflação, 4,7%. Os metalúrgicos, depois de um semestre sofrendo as consequências dos acordos de redução salarial e demissões, estão desarmados para enfrentar essa ofensiva dos capitalistas. A burocracia da CUT e da Força Sindical realizou paralisações nas montadoras. A direção dos metalúrgicos do ABC fez uma manifestação englobando algumas montadoras e atrasando a entrada do turno da manhã.

A primeira assembleia reuniu cerca de 5 mil metalúrgicos, que rejeitaram a proposta dos patrões. Os burocratas repetem as manobras de outras campanhas: fazem atos, param por tempo determinado algumas empresas, rejeitam a proposta patronal, não dizem qual deve ser o índice de perdas dos trabalhadores, fazem discurso em torno da necessidade da greve, mas não mexem uma palha no sentido de organizar uma greve unitária.

A presença dos operários nas atividades convocadas pela burocracia demonstra a disposição de luta. O problema está em que os operários não encontram uma firme determinação da direção sindical em organizar a maioria desde as fábricas e

Metalúrgicos - Paraná

Campanha Salarial dos Metalúrgicos

Os operários da Volks-Audi estão em greve desde as 14h do dia 03/09. Na Renault-Nissan a paralisação foi iniciada no dia 04/09. Esta duas paralisações reúnem 8,5 mil operários. Uma nova assembleia está marcada para o dia 14/09. Na fábrica da Volvo, os 2,6 mil operários paralisaram uma hora a produção no dia 10/09 e estão aguardando as propostas da direção da fábrica para decidirem se entram em greve a partir do 14/09. Portanto, na próxima segunda-feira poderemos ter as três montadoras instaladas em Curitiba em greve.

Os metalúrgicos da Volks-Audi e da Renault-Nissan reivindicam 10% de reajuste salarial já em setembro e um abono de R\$ 2 mil reais. Na Volvo, a reivindicação é também de 10% de reajuste, um abono de R\$ 1,5 mil e aumento no vale-mercado. Hoje o valor desse vale é de R\$ 60,00, valor este que está congelado há 13 anos.

O Sindicato dos Metalúrgicos da grande Curitiba (SMC), dirigido pela Força Sindical, divide a campanha salarial dos operários, pelos ramos das indústrias e dentro de um ramo da indústria divide esses operários por fábrica. Desse modo, os operários se apresentam totalmente fracionados diante dos patrões na campanha salarial. O desenvolvimento de uma cam-

panha salarial fragmentada é o modo utilizado pela burocracia sindical, instalada na direção do SMC, para a manutenção de sua hegemonia no sindicato. Desse modo, a direção do sindicato coloca limites na mobilização e utiliza esses limites, posteriormente, como subterfúgio para acabar com a mobilização dos operários e justificar a aceitação das migalhas distribuídas pelo patronato.

caminhar para a greve geral metalúrgica. A tarefa que se coloca é a de exigir a convocação de uma assembleia geral para que decida sobre o índice e o método de luta a ser adotado. É preciso também colocar a questão da luta contra as demissões.

Os metalúrgicos sofreram baixas sob a alegação patronal da crise. O governo Lula favoreceu as multinacionais com subsídios fiscais e mesmo assim o corte de emprego ocorreu. Os burocratas disseram que era preciso que as multinacionais recompensassem o apoio governamental conservando os postos de trabalho. A patronal não ligou para a hipocrisia dos burocratas. Novas demissões virão assim que a crise de superprodução mundial for retomada e o Brasil atingido. Os sindicalistas pelegos fazem coro com o governo e a burguesia de que a crise já passou. Querem enganar os operários com uma campanha salarial mutilada para obter alguma quirela acima da inflação e depois apresentá-la como conquista da mobilização.

Os metalúrgicos deverão rejeitar essa manobra e defender a reposição de perdas passadas, aumento real e retorno dos empregos, com a bandeira da escala móvel das horas de trabalho.

O SMC tem sido dirigido nesses últimos anos por uma rede de pelegos que transformaram o sindicato em sua propriedade, que se servem dele como trampolim eleitoral e carreirismo parlamentar e que o usam para negociar acordos malditos e para impor aos trabalhadores a conciliação com os exploradores em lugar da luta. O ponto de partida de mudanças nos sindicatos é o de varrer a camarilha instalada na sua direção, restabelecer a democracia operária, arrancar os sindicatos da influência dos patrões e colocá-los a serviço da luta de classe dos oprimidos contra os opressores. Temos de recuperar a capacidade de luta de massa do sindicato tendo por base um programa de reivindicações que parta da defesa do emprego e do salário, que combata o capitalismo e que defenda o socialismo.

Nesta edição:

- A grande guerra - esgotamento histórico do capitalismo
- Bolívia: Manifesto pelo Pacto Inter-setorial de Luta
- Homenagem ao revolucionário Trotsky, depois de 69 anos de seu assassinato

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



A grande guerra - esgotamento histórico do capitalismo

A 2ª Guerra Mundial completou 70 anos em 1º de setembro. Na Europa, os horrores foram lembrados. Os principais governos envolvidos na guerra realizaram solenidades. Na Polônia, encontraram-se autoridades como Angela Merkel, da Alemanha e Vladimir Putin, da Rússia, entre outros chefes de Estado. Westerplatte, ex-base militar polonesa, serviu de símbolo e de plataforma para discursos. Foi neste ponto do Mar Báltico que se deu o confronto com as forças de Hitler, iniciando a guerra.

O presidente polonês, Lech Kaczynski aproveitou a ocasião para denunciar: “Em 17 de setembro (de 1939) a Polônia recebeu uma facada nas costas... O golpe veio da Rússia Bolchevique”. (O Estado de São Paulo, 2/9). Putin, por sua vez, lembrou a Conferência de Munique, na qual França, Inglaterra, Alemanha, Itália etc participaram. O acordo aprovado potencializou o plano expansionista dos nazistas.

A observação de Kaczynski, depois de 70 anos do ocorrido, mostra a tamanha deformação histórica. Não foi a “Rússia Bolchevique” que apunhalou a Polônia, mas a Rússia estalinista. Certamente, Lênin não assinaria um pacto como o de Molotov e Ribbentrop. Ou seja, não auxiliaria o imperialismo alemão se potencializar para a guerra.

Lênin já não estava vivo, mas Trotsky sim. Justamente por expressar a continuidade do bolchevismo (leninismo) é que se encontrava deportado da União Soviética, confinado no México e cercado pela polícia política de Stálin.

Em 2 de setembro de 1939, Trotsky escreve o artigo “Stalin, o comissário de Hitler”. Eis as principais afirmações e conclusões: “A causa geral da guerra reside nas contradições irreconciliáveis do imperialismo mundial. No entanto, o eco específico dessas contradições que permitiram começar as operações militares foi o pacto germânico-soviético. Nos dois meses anteriores, Göebels, Foerster e outros políticos repetiam insistentemente que logo chegaria o ‘dia’ da ação decisiva. Agora, está absolutamente claro que foi o dia em que Molotov assinou o pacto germânico-soviético. Nem um poder poderá apagar esse fato dos anais da história!” (...)

“Não por acaso a assinatura do pacto político foi precedida por um acordo comercial. Moscou não pensa renunciar a ele. Pelo contrário, em seu discurso de ontem diante do Conselho Supremo, Molotov enfatizou as excepcionais vantagens

econômicas da amizade com Hitler. O pacto de não agressão, isto é, a atitude passiva diante da agressão alemã, foi coroado assim por um tratado de colaboração econômica em benefício da agressão.” (...) Alemanha aplica por etapas seu programa de domínio por meio da guerra. Com a ajuda da Inglaterra, apesar da oposição da França, se rearmou. Com a ajuda da Polônia, isolou a Checoslováquia. Não somente deseja escravizar a Polônia com a ajuda da União Soviética, mas também destruir velhos impérios coloniais.” (...)

“... está consumado o primeiro item do plano, a ocupação da Polônia no outono de 1939. É muito provável que seja aproximadamente correto o breve lapso de dois anos que prevê o plano entre a ocupação da Polônia e a ofensiva contra a União Soviética.”

A análise de Trotsky se mostrou precisa, e a previsão foi confirmada.

No artigo “A aliança germânico-soviética”, de 4 de setembro, Trotsky volta a acusar a posição anti-bolchevique de Stálin frente à guerra imperialista. “Podemos admitir que a Polônia caracterizou incorretamente seus próprios interesses quando se negou a receber ajuda direta do Exército Vermelho. Mas por acaso justifica que o Kremlin ajude a Alemanha invadir a Polônia pelo fato de que esta não aceite o exército estrangeiro em seu território?”

No artigo “Moscou se mobiliza”, de 11 de setembro, Trotsky conclui: “Moscou se mobiliza e todo mundo se pergunta, contra quem? Mas neste momento nem mesmo o Kremlin o sabe. Uma coisa está clara: o acordo germânico-soviético ajudou a derrota da Polônia, mas não assegurou a neutralidade da União Soviética.”

Conclusão também confirmada pela guerra.

Sem dúvida, a Inglaterra e França impulsionaram o programa de guerra de Hitler. Sob sua anuência, em março de 1938, a Alemanha invade a Áustria e a anexa. A Checoslováquia, em seguida, cedendo a pressões da Inglaterra e França, capitula sem luta frente à ofensiva de anexação das forças nazistas. A Conferência de Munique serviu a Hitler para obter a entrega de parte do território checoslovaco. Stálin vinha desenvolvendo a linha do socialismo em um só país e burocratizado a III Internacional.

A gigantesca crise econômica mundial, o surgimento do

nazifascismo e a inevitabilidade do confronto imperialista puseram à prova a orientação estalinista. Num primeiro momento, Stálin procurou se escorar na Inglaterra e França com o chamado a uma frente única dos povos e governos contra a guerra mundial. Mas a bandeira de segurança coletiva da Europa fracassou. O capitalismo em desintegração não permitia nenhum tratado de segurança. Num segundo momento, foi ao encontro de Hitler em busca de um pacto de não agressão. Os generais hitleristas usaram o pacto para iniciar a guerra, começando pela invasão da Polónia. Finalmente, a União Soviética se tornou alvo da guerra.

Da 1ª a 2ª Guerra Mundial

A posição do bolchevismo frente à 1ª Guerra, de 1914 foi de caracterização de que a guerra imperialista é reacionária em toda linha. Há que organizar a luta do proletariado para derrubar os governos, derrotar a burguesia e conquistar o poder. A socialdemocracia, ao contrário, traiu a classe operária e abandonou definitivamente o marxismo passando a defender uma das frações imperialistas em guerra. A orientação de Lênin de que a paz sem anexação viria de um governo revolucionário expressou a independência dos bolcheviques frente à burguesia russa e mundial.

É com base nessa experiência que Trotsky atacará a política estalinista de submeter a União Soviética a uma das frações do imperialismo em guerra. Respondendo a uma entrevista ao correspondente Julius Klyman, em 14 de fevereiro de 1940, que indagava sobre a “aliança russo-germânica”, Trotsky expõe a questão da independência.

“A política exterior constitui a extensão e o desenvolvimento da política interior. Para compreender corretamente a política exterior do Kremlin é necessário sempre levar em conta dois fatores: um, a situação da URSS no entorno capitalista e outro, a situação da burocracia governante dentro da sociedade soviética. A burocracia defende a URSS. Mas antes de tudo defende a si mesma. A situação interna da burocracia é incomparavelmente mais vulnerável que a situação internacional da URSS. A burocracia é implacável com seus adversários desarmados no interior do país. Mas é no extremo cautelosa e as vezes até covarde diante de seus inimigos bem armados. Se o Kremlin gozasse de apoio das massas populares e confiasse na solidez do Exército Vermelho, poderia assumir uma posição mais independente frente a ambos bandos imperialistas. No entanto, a realidade é outra. O isolamento da burocracia totalitária dentro de seu próprio país a empurrou para os braços do imperialismo mais próximo, o mais agressivo e portanto o mais perigoso.” (“A situação mundial e suas perspectivas).

A 1ª Guerra testou a política de todas as correntes que reivindicavam do marxismo e da revolução socialista. O bolchevismo se formou nestas condições e pôde levar o proletariado russo ao poder. A independência da política revolucionária frente a qualquer dos bandos do imperialismo marcou fundo o conjunto das formulações de Lênin e Trotsky.

A 1ª Guerra havia demonstrado que se tratava do esgotamento da divisão do globo entre as potências. A crise econômica no início do século XX levou a Alemanha a se armar para a guerra. Os meios comerciais e diplomáticos já não funcionavam. A economia alemã altamente desenvolvida se encontrava

sufocada pelo domínio das demais potências, principalmente Inglaterra e França. Teria de haver uma redivisão das áreas de influências, das colônias e semicolônias.

Frente ao esgotamento dos métodos econômicos e comerciais, restaria a solução militar. Não por acaso, a 1ª Guerra Mundial ocorreu na fase de desenvolvimento imperialista do capitalismo. Na fase liberal, não estavam dadas as condições materiais para tamanha conflagração bélica. A fase monopolista, iniciada em fins do século XIX, resultou da alta concentração de capitais do período liberal. As forças produtivas haviam alcançado gigantesca potencialidade sob as relações capitalistas de produção. A lei econômica da concentração de capital e da centralização em um punhado de nações entrou em contradição com as forças produtivas. Estas passaram a ser mais e mais limitadas pelas relações monopolistas de propriedade e de mercado.

As crises de superprodução do século XIX levavam ao recrudescimento da exploração colonialista. No século XX, da exploração imperialista. A guerra mundial somente será conhecida nesse século. Tem a função de destruir forças produtivas e redistribuir o poder entre as potências.

As massas pagam o preço da barbárie capitalista. A mortandade e a brutal destruição de riquezas, provocadas pela guerra de 1914, não serviram de lição para que não se repetisse em uma 2ª Guerra. As lições foram expostas aos olhos. Mas não podiam resolver a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção da fase monopolista do capitalismo e entre o mercado mundial e as fronteiras nacionais.

Em 1929, abateria a grande crise mundial. Na Alemanha, em 1933, assume o poder Adolf Hitler, expressão de uma das frações do imperialismo. A União Soviética encontrava-se estalinizada, portanto, a classe operária mundial vinha sendo desarmada politicamente, com a liquidação da III Internacional e dos partidos comunistas. Stálin manda sua polícia secreta assassinar Trotsky, líder da Oposição de Esquerda Internacional e fundador da IV Internacional, em 20 de agosto de 1940, que travava a luta de morte para que a classe operária se levantasse contra a guerra e derrotasse o capitalismo.

Setembro de 1939 se constituía na retomada dos trágicos acontecimentos de 1914. Evidentemente, era do interesse da potência em choque destruir as conquistas da Revolução Russa de 1917.

O assassinato de Trotsky em agosto de 1940 interrompeu a mais precisa análise marxista das posições de Stálin frente à guerra.

O Estado soviético não foi destruído. O Exército Vermelho, isolado pelos “aliados”, derrotou a ofensiva de Hitler em Stalingrado, no início de 1943. Em 1944, o exército alemão sofria derrotas decisivas no confronto com a URSS. Em 23 de abril de 1945, as tropas da URSS haviam cercado Berlim. Na Europa, a guerra chegava ao fim. Na Ásia, o Japão ficava isolado.

Os Estados Unidos e Inglaterra convocaram para 15 de julho a Conferência de Postdam, com o objetivo de realizar as partilhas do pós-guerra. Os Estados Unidos acabavam de confirmar seus testes com a bomba atômica. Estavam prontos para experimentá-la no Japão, mesmo sabendo que este já estava derrotado.

A libertação de países do Leste Europeu e dos Balcãs pelo

exército russo e os levantes populares levaram à instalação de governos aliados à burocracia estalinista e expropriação da burguesia. Stálin saiu fortalecido da guerra. Em certa medida, a União Soviética tirou proveito das vitórias militares. Mas era questão tempo. Confirmar-se-iam as considerações de Trotsky de que a oligarquia burocrática defendia antes de tudo sua sobrevivência. Assim, Stálin tudo faria para se manter atado ao jogo de poder das potências.

Os Estados Unidos foram o grande vencedor, sem que sofressem o esmagamento humano e material. Coube à União Soviética o maior sacrifício. Potenciaram-se como força capitalista hegemônica. Alastraram seu poderio econômico e militar ao rincão mais distante da América. Estabeleceram a política

Bolívia

Manifesto pelo Pacto Intersetorial de Luta

(Operários – Camponeses – Trabalhadores da Previdência Social – Professores – Estudantes – Classes Médias Empobrecidas – Cooperativados – Aposentados – Explorados da Bolívia e do Mundo)

A Bolívia tem suportado uma aguda crise como consequência do descalabro econômico ocasionado pelo capitalismo decadente, cujo esgotamento histórico expresso nas cada vez mais profundas crises estruturais que se produzem como consequência do choque do desmedido crescimento das forças produtivas e das relações de produção.

Os efeitos desta crise se refletem no aumento do desemprego, no fechamento de fábricas, minas e uma quase paralisação do aparato produtivo. A falta de fontes de trabalho está obrigando milhares de operários, mulheres e crianças a vender sua força de trabalho por salários de fome ou obrigados a recorrer ao comércio informal, atividade na qual encontraram um meio de subsistência; outros dramaticamente se voltaram para o campo da delinquência (aqui está a origem do aumento da criminalidade nas cidades) e, finalmente, o alcoolismo e a prostituição. Em resumo, a sociedade está sendo empurrada para a barbárie.

O atual governo, incapaz de dar solução aos problemas das massas famintas, pretende distrair-nos com o circo eleitoral, junto com a direita ultrapassada, com quem dialogam, pactuam e protegem o sistema capitalista, explorador do homem pelo homem. Existe uma atitude contemplativa do governo frente ao saque de nossos recursos naturais por parte das transnacionais, não existindo a esperança de um desenvolvimento dentro do marco capitalista, pela incapacidade da burguesia nativa, que já não tem a oportunidade nem condições para realizar as tarefas democrático-burguesas.

Às massas, que ainda de algum modo se encontram iludidas pela enganação do governo reformista pró-burguês, com tinturas indigenistas e aos setores que ainda acreditam que o voto solucionará os urgentes problemas econômicos do povo, dizemos que a única saída possível contra a prostração em que se encontra a maioria nacional é acabar com a grande propriedade privada para convertê-la em propriedade social a serviço das maiorias e que permita dar pão e trabalho aos verdadeiros donos da riqueza de nosso país.

A independência sindical é uma das linhas mestras do movimento operário e dos demais trabalhadores, sem dúvida esta é desvirtuada pela traição de uma burocracia que se constituiu

da “guerra fria” contra as conquistas da Revolução Russa e demais revoluções que se seguiram.

A burocracia estalinista não tardaria a demonstrar sua impotência e a avançar o processo de restauração capitalista.

A solenidade das potências em Westerplat mostrou uma Rússia em avançado estado de restauração capitalista, com um governo pró-capitalista a reclamar do auxílio da Inglaterra e França dado à Alemanha hitlerista. Mostrou um governo polonês títere do imperialismo a acusar a Rússia bolchevique de apunhalar a Polônia. E uma Angela Merkel a lamentar os feitos de guerra levado a cabo pela Alemanha. Os cínicos e hipócritas continuam a mentir e a fazer solenidades sobre milhões de vítimas da 2ª Guerra Mundial.

em freio para a mobilização dos explorados e que abertamente se colocou a serviço do atual governo defensor do Estado burguês. É necessário que os trabalhadores, a partir das bases, reivindiquem esta conquista para extirpar este câncer, que é a “burocracia sindical”, que procura apenas manter seus interesses particulares e privilégios intactos.

Propomos a criação de um pacto intersindical – intersetorial que, com caráter transitório (não se deve confundir com paralelismo sindical, esta necessidade surge para resgatar a COB das mãos da burocracia corrompida), permita às bases lutar pelas reivindicações imediatas.

A frente intersetorial que agrupa as bases dos trabalhadores mineiros, trabalhadores da Previdência Social, trabalhadores do magistério, jornalistas, universitários, sindicatos camponeses, cooperativistas, aposentados, reivindica como plataforma de luta para fazer frente ao desemprego, à fome e à miséria:

- Frente ao fechamento das fábricas, ocupação das mesmas por parte dos trabalhadores, sob o controle operário coletivo.
- Frente à elevação do custo da cesta básica familiar, exigir o Salário Mínimo Vital com Escala Móvel (que cubra o custo de vida e suba com este) tanto para os trabalhadores ativos como para os passivos.
- Lutar intransigentemente pela Independência Sindical, contra o câncer que é a burocracia sindical, que pretende nos empurrar aos braços de nossos inimigos de classe com sua política colaboracionista.
- Ocupação dos latifúndios por parte dos camponeses, toda a terra para nossos irmãos camponeses.
- Pela revogação do Decreto Supremo 21060 (liberalizou o mercado financeiro e suprimiu os controles de preços e de comércio exterior, N.T), expressão da política neoliberal.
- Contra o Estatuto do Funcionário Público e suas normas conexas (Lei 1178).

Somente a unidade dos explorados, sob a direção revolucionária, utilizando nossos próprios métodos (mobilização e ação direta) poderá frear a arremetida da classe dominante e seus governos.

(Extraído do Masas boliviano nº 2144, de 11/09/2009)

Homenagem ao revolucionário Trotsky, depois de 69 anos de seu assassinato

Em 21 de agosto de 1940, morria Leon Trotsky, assassinado por um agente de Stálin. O Partido Operário Revolucionário, sessenta e nove anos depois de sua morte, homenageou-o com um curso sobre a sua obra.

O curso foi dividido em duas partes: na primeira, houve exposição e debate de dois livros de Trotsky; na segunda, um estudo coletivo do folheto de Guillermo Lora, “A Revolução Permanente em Marx, Engels, Lenin e Trotsky”.

O primeiro livro foi “A Revolução Desfigurada”, de 1927/28, cujo teor concentrava-se na luta de Trotsky contra a burocratização que o Partido Comunista Russo sofria e contra as deformações que a camarilha de Stálin impunha ao programa bolchevique, tanto no que referia às questões internas, quanto externas.

As perseguições e os exílios, depois da morte de Lenin, começam a se tornar frequentes. A Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, é cada vez mais sufocada pelos ataques estalinistas. Trotsky responde a estes desvelando as bases materiais dessa camarilha que se ergue. Demonstra que as novas camadas sociais que ingressam no partido e que se desenvolvem na sociedade pós-revolucionária sustentam a política burocrática. Tratava-se de camadas médias, ligadas sobretudo ao campesinato e aos setores sociais pequeno-burgueses que atuaram, antes da Revolução, nas fileiras dos mencheviques ou socialistas revolucionários. Portanto, a política de Stálin não representava a vanguarda proletária e atuava contra os métodos próprios do operariado. Daí que Trotsky caracterizasse, nesse momento, a “desfiguração” da revolução.

Em seguida, tivemos a exposição das ideias centrais do livro “A Revolução Traída”, de 1936, o qual apresenta as conclusões históricas do período anterior. Neste livro, Trotsky avança em seus prognósticos e informa que o ciclo de burocratização se completou com a perseguição mais encarniçada de Stálin contra a Oposição de Esquerda. São os anos que antecedem a Segunda Guerra Mundial, o papel do Termidor evidenciava-se com mais clareza.

Trotsky, cujos escritos são armas de luta, buscava demonstrar de forma materialista as bases sociais da “vitória” estalinista. Como pôde a facção mais burocrática e cega sobrepujar os verdadeiros bolcheviques que mantinham acesa a tocha do internacionalismo e democracia proletária? A essa questão, o texto

responde. Aprofunda a análise do esgotamento das forças revolucionárias após anos seguidos de guerra civil e dificuldades econômicas, que reforçam o poder e a influência das camadas médias e do aparato burocrático-estatal. O papel do grupo dirigente, tendo Stálin à frente, não é mais de desfigurar a revolução, mas de traí-la. Colocava-se a tarefa de resgatar a Revolução a partir da luta do proletariado. Coloca-se na ordem do dia a necessidade da Revolução Política.

Após essa primeira parte, realizamos o estudo do folheto de Lora. Concentramo-nos no capítulo sobre a Revolução Permanente em Lenin e Trotsky. Algumas conclusões do estudo foram tiradas:

a) desde 1905, Lenin e Trotsky concordavam com a ideia de que a Revolução social, que se iniciaria para resolver as tarefas democrático-burguesas, não poderia ficar no “meio do caminho”, isto é, esta Revolução seria seguida imediatamente da Revolução Socialista. Para Lenin, tratava-se da “revolução ininterrupta”; para Trotsky, da “revolução permanente”. Mas, para ambos, o conteúdo era o mesmo: a luta para resolver as pendências do país de capitalismo atrasado conduziria inevitavelmente à ditadura do proletariado.

b) as falsificações teóricas dos estalinistas tinham como objetivo enfraquecer Trotsky e as suas críticas. Separar o pensamento de Trotsky do de Lenin (como se houvesse uma oposição entre eles), bem como acusá-lo de social-democrata eram subterfúgios para não responder às suas críticas. Deslegitimava-se o militante revolucionário para não ter que combater as raízes de suas ideias, que eram internacionalistas.

c) o pensamento de Trotsky representa uma continuidade com o marxismo revolucionário. Não se trata de elaboração de “novas ideias”, mas da aplicação rigorosa do materialismo histórico aos acontecimentos anteriores e posteriores à Revolução Russa. Os fundamentos da teoria da Revolução Permanente encontram-se em Marx, Engels e Lenin.

d) A materialidade da teoria de Trotsky encontra-se na revelação das leis econômicas e históricas de desenvolvimento do capitalismo e do desenvolvimento da luta de classes. Os três fundamentos dessa teoria são:

• **os objetivos democráticos conduzem à ditadura proletária.** Isto é, qualquer tarefa democrático-burguesa só será realizada através de

uma Revolução Proletária. A burguesia não realizará mais nenhuma reforma democrática, muito menos uma revolução social. As tarefas pendentes que mobilizam amplas camadas dos oprimidos só podem alcançar sua plenitude numa luta contra a sociedade burguesa já constituída. O conteúdo dessa luta é, portanto, revolucionária. A classe social independente de nossa época é o proletariado, que traz também seus interesses e programa próprio. A combinação das tarefas democráticas e das tarefas socialistas constitui o fundamento político da revolução permanente e justifica a aliança do proletariado com os oprimidos do campo. É a relação política entre os interesses dessas classes que explica materialmente a bandeira estratégica de Revolução Permanente;

• **o choque dos distintos grupos sociais provoca a transformação interna da revolução.**

A existência das sociedades de classe em nível mundial conduz a choques inevitáveis. A passagem do capitalismo para o socialismo e deste para o comunismo não pode ocorrer de forma pacífica ou equilibrada; a contínua transformação das relações sociais é um fundamento dessa nova sociedade que surge quando da destruição do regime burguês. Não é a vontade dos homens que leva a uma revolução permanente das estruturas sociais, mas o caráter histórico dos modos de produção e das relações sociais que se constituem a partir desses modos. Esse é, portanto, o fundamento histórico que dá materialidade à teoria.

• **o caráter internacional da revolução.**

É impossível hoje, com a toda economia mundial interligada, realizar uma revolução social e supor a existência do “socialismo em um só país”. Esse fundamento decorre da própria estrutura econômica do capitalismo e da necessidade de intercâmbio mundial das forças produtivas. O isolamento político de uma revolução, condicionada por fatores históricos, jamais conduzirá a um isolamento econômico; daí que se recoloca sempre a necessidade de revolução mundial e o fim da propriedade privada internacionalmente. Esse fundamento econômico era e é o que melhor responde ao fracasso da teoria estalinista de “socialismo em um só país”.

Finalmente, depois do estudo e das conclusões tiradas, fez-se a leitura do manifesto “69 anos do assassinato de Trotsky”. Ficou para todos os militantes e companheiros a tarefa de dar continuidade ao trabalho revolucionário de Trotsky, reabilitando o seu pensamento e o tornando instrumento de combate ao capitalismo e a todos os traidores da causa do proletariado mundial. VIVA A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA! VIVA O REVOLUCIONÁRIO LEON TROTSKY!

69 anos do assassinato de Trotsky

Aproximava-se a 2ª Guerra Mundial. O capitalismo expunha suas profundas contradições econômicas, sociais e políticas. A IV Internacional, recém-fundada pela Oposição de Esquerda Internacional, liderada por León Trotsky, lutava por superar a crise de direção do proletariado. A Alemanha, desde a ascensão de Adolf Hitler, em 1933, vinha se preparando para incendiar a Europa. Josef Stalin havia triunfado sobre a Oposição Russa, expulsando Trotsky da União Soviética, em 1929.

A destruição dos quadros militantes identificados com a Oposição indicava que o Estado Operário e o Partido Comunista não poderiam cumprir a tarefa de combater a guerra imperialista. Já não havia uma direção revolucionária, que pudesse agir de acordo com as novas condições de desintegração do capitalismo. A ditadura burocrática de Stálin dilapidara o imenso capital político conquistado pelo proletariado russo na 1ª Guerra Mundial. O programa marxista-leninista do bolchevismo sofrera brutal ataque nos seus fundamentos internacionalistas. Stálin e seus asseclas o substituíram pelo programa do “socialismo em um só país”.

As portas da restauração capitalista foram abertas. A ditadura estalinista subordinou os partidos comunistas no mundo todo. Colocou-os por trás das frações imperialistas que caminhavam para a guerra. Eliminou-se qualquer traço de independência frente à burguesia. Já não havia necessidade da III Internacional. O Partido Comunista Russo (PCUS) estalinizado dava as ordens. A III Internacional serviu aos objetivos revisionistas da camarilha de Stálin. Estabelecidos os laços de colaboração com a fração imperialista vitoriosa na 2ª Guerra, a III Internacional poderia ser extinta por uma simples decisão de Stálin.

Trotsky, em todo esse percurso, trabalhou incessantemente para recuperar o Partido Comunista Russo e a III Internacional. Tarefa que se esgotou com a ascensão do nazismo em 1933, para a qual contribuiu a política de Stálin ditada ao Partido Comunista Alemão. Estava colocada a tarefa de constituir a IV Internacional e construir suas seções em todo o mundo.

Os preparativos para a guerra eram visíveis. A partir de 1936/37, a Oposição de Esquerda estava empenhada em combater a guerra imperialista e pôr em pé a nova Internacional. Trotsky, confinado em Coyacan, México, desde dezembro de 1936, depois de passar pelo desterro na Turquia, França e Noruega, sempre perseguido pela polícia política de Stálin, impulsiona o combate em torno da responsabilidade criminosa do estalinismo frente à guerra que se avizinhava.

Em seus embates contra a perseguição, difamação e mentiras montadas, Trotsky, ainda na Rússia, foi alvo do ódio cultivado por Stálin e da sua ânsia de vingança. Na medida em que o Kremlin se prostava diante das forças imperialistas em dissensão e Trotsky denunciava Stálin defendendo o programa da revolução mundial, maior era o ódio. Haveria

de assassiná-lo. Não bastou o isolamento e as privações impostas. Não bastou dizimar sua família, simplesmente por ter laços de sangue.

Ninguém poderia combater Stálin, a não ser o principal participante da Revolução Russa ao lado de Lênin. Ninguém estava à altura de liderar um movimento por uma nova internacional, a não ser o herdeiro direto do leninismo.

No XVIII Congresso do Partido Comunista, março de 1939, Stálin se colocou por uma aliança com Hitler, em nome da proteção ao Estado Soviético. Trotsky denunciou a política estalinista de fortalecimento do nazifascismo. Em agosto, Molotov assinou o pacto germano-soviético, concretizando a capitulação. E em 1º de setembro, Hitler deu início à 2ª Guerra, invadindo a Polônia. Confirmava a posição de Trotsky de que o estalinismo cumpriria um vil papel de traição à Revolução Russa e ao proletariado mundial.

Em abril de 1940, estavam avançados os preparativos para a fundação da IV Internacional. No mês seguinte, Trotsky redigiu o Manifesto do Congresso. Despendiam-se enormes esforços para que o programa da revolução mundial fosse edificado nas entranhas da crise geral do capitalismo. Era necessário preservar os fundamentos da Revolução Russa, separando-os do estalinismo revisionista, falsificador e traidor.

Uma etapa de reação estava aberta com a vigência do nazifascismo, com a política estalinista de destruição da III Internacional e com a Guerra. Triunfava a barbárie capitalista, que arrastava o Estado operário, degenerado pelo estalinismo. Se a IV Internacional nascia organizativamente débil frente às tarefas históricas da situação, nascia forte em seu Programa de Transição e em sua linha política mundial.

Stálin e sua polícia política (GPU) temiam as conseqüências da capitulação, que compareceriam agigantadas no pós-guerra. O assassinato do presidente dos Soviets da revolução de 1905, combatente bolchevique pela revolução proletária na Rússia, organizador do exército vermelho, líder da oposição anti-estalinista e fundador da IV Internacional era necessário, segundo os cálculos do aparato repressivo do Kremlin.

Nos textos do livro “A Revolução Desfigurada”, de 1927/28, e “A Revolução Traída”, de 1936, estão condensados o percurso contra-revolucionário do estalinismo, o ódio obsessivo contra o líder da revolução, os atos de covardia e vilania, as divergências programáticas entre marxismo-leninismo e revisionismo restauracionista, bem como estava desenvolvido o programa do internacionalismo proletário. Para o estalinismo, era necessário cessar as funções vitais do cérebro de Trotsky.

Coyacan, que parecia ser o porto mais seguro de sua peregrinação, não evitou que a polícia de Stálin o atingisse com um golpe mortal. Os estalinistas do México foram mobilizados desde Moscou a combater o revolucionário. Constantemente, Trotsky e sua companheira Natalya Sedova se viam sobressaltados pelo cerco montado. A bandeira de

“Fora Trotsky”, desfraldada pelo PC mexicano, foi materializada por manifestações políticas, por um assalto a sua residência e finalmente por um golpe de picareta de alpinista na cabeça, desfechado pelo agente da GPU, Ramón Mercader.

Em fevereiro de 1940, Trotsky avaliava que seu fim está chegando. Escreve um testamento. (...) “Estou ativo e capaz de trabalhar, mas o fim está evidentemente próximo.” (...) “Não tenho necessidade de refutar mais uma vez aqui as estúpidas e vis calúnias de Stálin e de seus agentes: não existe uma única mancha sobre a minha honra revolucionária. Jamais entrei, seja direta ou indiretamente, em nenhum acordo a portas fechadas, ou sequer em negociações, com os inimigos da classe operária. Milhares de opositores de Stálin também foram vitimados por semelhantes falsas acusações. As novas gerações revolucionárias reabilitarão sua honra política, e agirão com os carrascos do Kremlin segundo seus méritos.”

Sem dúvida, estamos diante da árdua tarefa de enterrar definitivamente o estalinismo.

No XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Kruchev, encabeçando uma das frações do aparato do Estado, abre os arquivos e denuncia os crimes de Stálin. Com que objetivo? Avançar o processo de restauração capitalista. Felizmente, Kruchev não fez nenhuma demagogia em torno da bandeira de “reabilita Trotsky”. Nem poderia fazê-la. A luta de morte de Trotsky contra a linha restauracionista do “socialismo em um só país” é intocável pela burocracia pró-capitalista.

Na década de 1990, a crise mundial do capitalismo se encarregou de golpear a União Soviética, que se desintegrou. À frente das tendências pró-burguesas se postaram os Gorbachovs. O imperialismo avançou sobre as conquistas da revolução no Leste Europeu e na Ásia. Acreditava-se que, com a incorporação dos países que expropriaram a burguesia e estabeleceram a propriedade estatal dos meios de produção no mercado mundial, o capitalismo entraria em uma fase de “globalização” pacífica e de desenvolvimento sustentável.

O capitalismo teve um respiro, mas por pouco tempo. As forças produtivas voltaram a se rebelar contra a grande propriedade privada dos meios de produção. As tendências bélicas impulsionadas pelo imperialismo foram retomadas com vigor. A derrocada da economia iniciada em setembro de 2008 abriu uma nova etapa convulsiva da economia mundial. O Programa de Transição da IV Internacional emerge em sua inteireza como arma do proletariado. A vanguarda marxista está convocada a trabalhar com afinco pela constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Nestes 69 anos do assassinato de León Trotsky – VIVA A LUTA PELO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO – Josef Stálin está morto!

Nestes 70 anos da 2ª Guerra Mundial- VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA – o capitalismo podre sobrevive com a barbárie!

Reconstruir a IV Internacional, esta é nossa tarefa!